



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 018

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 1986

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 23ª SESSÃO, EM 31 DE MARÇO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Requerimento

— Nº 38/86, de autoria do Sr. Senador Carlos Chiarelli e outros Srs. Senadores, de homenagens de

pesar pelo falecimento do Deputado Siegfried Heuser. Aprovado, após usarem da palavra os Srs. Humberto Lucena, Carlos Chiarelli e Jorge Kalume, tendo o Sr. Presidente se associado às homenagens prestadas.

1.2.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO.

2 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Nºs 26 a 28, de 1986.

3 — ATAS DE COMISSÕES

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 23ª Sessão, em 31 de março de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Alveir Leal — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Odacir Soares — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Gastão Müller — José Fragelli — Saldanha Derzi — Enéas Faria — Ivan Bonato — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Octavio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 37 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Sobre a mesa, requerimento cuja leitura será feita pelo Sr. 1º-Secretário.

E lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 38, de 1986

Pelo falecimento do Deputado Siegfried Heuser requeremos, na forma regimental e de acordo com as tradições, da Casa, as seguintes homenagens:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
b) apresentação de condolências à família, ao Estado do Rio Grande do Sul e ao Presidente Nacional e Regional do PMDB; e

c) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, 31 de março de 1986. — **Carlos Chiarelli — Humberto Lucena — Jorge Kalume — Lourival Baptista — Nivaldo Machado.**

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para encaminhar a votação. — Sr. Presidente, Srs. Senadores: É com profundo pesar que registro nos Anais do Senado Federal o falecimento inesperado do nosso companheiro Deputado Siegfried Heuser, fundador do MDB e, posteriormente, filiado ao PMDB.

O Deputado Siegfried Heuser se destacou na vida pública do Rio Grande do Sul pelo seu acentuado espírito público. Voltado para o estudo da problemática nacional e regional, profissionalizou-se em Contabilidade e Economia. Nesses campos de especialização, projetou-se nas suas atividades privadas.

A vocação inata para a política logo porém o chamou para os embates da vida pública, onde se salientou na área do Executivo como Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Secretário de Estado dos Negócios da Economia. A sua atuação no Executivo do Governo do

Estado do Rio Grande do Sul, projetou-o em todo o Estado de tal sorte que não teve dificuldade em se eleger Deputado Estadual pelo PMDB nas eleições de 1966. Combativo, como sempre, e ativo na defesa dos postulados do programa do seu Partido, o glorioso Movimento Democrático Brasileiro — trincheira avançada da luta pela redemocratização do Brasil — a partir do movimento militar de 1964, não surpreendeu a ninguém que aquele gaúcho indômito fosse alcançado pelas malhas do autoritarismo, tendo o seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº 5 e suspensos seus direitos políticos por 10 anos.

Posteriormente, anistiado, como milhares e milhares de brasileiros, por decisão soberana do Congresso Nacional, o Deputado Siegfried Heuser foi eleito para a Câmara dos Deputados, onde passou a ter uma atuação sempre competente, embora discreta, porque sempre preferiu a atividade das comissões técnicas ao tumulto do plenário. Na Câmara dos Deputados, foi membro da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e suplente da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas. Participou de missões no exterior e foi agraciado com várias condecorações e medalhas, que enobrecem seus dados biográficos.

O Sr. Lomanto Júnior — V. Exª me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

O Sr. Lomanto Júnior — Ontem, quando a televisão anunciou o falecimento do nosso eminente e saudoso colega Siegfried Heuser, senti profundamente. Conheci o Deputado Siegfried Heuser quando tive oportunidade de presidir as reuniões do Congresso Nacional e S. Ex^a sempre era presença na tribuna, defendendo os interesses do seu Estado e do País. O ano passado tive a ventura de dele me aproximar quando integramos uma delegação que participou das comemorações dos 25 anos da Sociedade Teuto-Brasileira. Lá estava ele, ao lado de Paulo Brossard e outros companheiros, e tivemos oportunidade de participar juntos dos debates. Tomei conhecimento da sua brilhante participação naquele seminário que a Sociedade Teuto-Brasileira realizava e verifiquei, ao lado da sua competência, do seu espírito público, que realmente conheci uma alma admirável e, diria melhor, adorável. Tornamo-nos amigos. Convivemos juntos. As nossas esposas, também, tiveram oportunidade de entrelaçar a amizade e se tornaram efetivamente amigas. Imagino como não deve estar sofrendo a Dona Maria. Imagino, porque vi o afeto, vi a maneira feliz como aquele casal se comportava naquela viagem. Era, efetivamente, uma verdadeira lua-de-mel que se prolongava na cidade de Bonn. Então, transmito, por intermédio do discurso de V. Ex^a, seu correligionário, à Dona Maria, à sua família, o nosso pesar, o pesar de quem se tornou amigo daquela figura que tão rapidamente desapareceu. Comungo da tristeza que sente todo o Congresso Nacional e participo da saudade e do sofrimento da Família enlutada e peço mesmo, como homem religioso que sou, peço a Nosso Senhor Jesus Cristo, que conforte aquela Esposa chorosa, sofredora e saudosa, neste transe tão doloroso.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço a manifestação de solidariedade de V. Ex^a, tão cheia de calor humano, à homenagem póstuma que ora prestamos à memória do Deputado Siegfried Heuser.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, em pleno vigor físico, preparando-se para participar de mais uma eleição, no seu querido Rio Grande do Sul, desta vez para ser ungido nas urnas como um dos constituintes que iriam dar muito de suas luzes para a elaboração da futura Carta Magna, que certamente selará o novo pacto social que a Nova República criou no Brasil e nos restaurará um Estado de direito realmente democrático e autêntico, Siegfried Heuser foi vítima de uma ironia do destino. Deslocou-se para o Chile, a fim de participar de uma competição internacional de pesca, representando o seu Estado, e lá foi colhido, segundo os informes, por uma pneumonia que o levou à morte.

Ao terminar estas palavras de recordação do nosso inesquecível companheiro, membro ilustre do PMDB a nível regional e nacional, transmito as minhas condolências não somente à Família enlutada como ao Governador do Rio Grande do Sul e, de modo todo especial, ao

Presidente Regional do PMDB gaúcho e do PMDB nacional, Deputado Ulysses Guimarães.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Chiarelli.

O SR. CARLOS CHIARELLI (PFL — RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Lastimável encargo este de encaminhar expediente subscrito pelas Lideranças da Casa, no sentido de manifestar o nosso pesar, as nossas condolências e o testemunho do nosso apreço saudoso à memória de um ilustre parlamentar e um político de escol, que valeu sempre pela sua retidão de comportamento e a sua idoneidade pessoal, que foi Siegfried Emanuel Heuser, deputado federal pelo Rio Grande do Sul e que, em circunstâncias totalmente inexplicáveis e surpreendentes, quando, em competição internacional de pesca, nas águas frígidas do extremo sul, além de Punta Arenas, no Chile, se viu vítima de uma pneumonia, agravada com problemas cardíacos, dos quais já era portador.

Sr. Presidente, Bertrand Russell, na sua tradicional ironia, dizia que existem homens que merecem necrológicos e existem homens que deixam biografia. Com a sua ironia, queria dizer Russell que alguns só conseguem ter feitos e fatos a reverenciar-lhes o realizado depois de mortos, quase que como uma criatividade generosa dos vivos, e outros, realmente, tiveram uma biografia.

Hoje, como conterrâneo de Siegfried Heuser, ainda que não tendo sido, em momento algum, seu correligionário, o que aumenta o direito da crítica isenta e do apreço pessoal, lembro que, quando Secretário de Economia e Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, nos legou Siegfried Heuser fatos para uma biografia e não para um necrológico a ser argüido em tom de pesar. Foi o homem que programou e implantou no Rio Grande do Sul a Caixa Econômica Estadual. Foi o articulador maior e o grande coordenador do projeto que levou à encampação, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com apoio do Governo Federal, da então Companhia Telefônica do Estado, que se transformou na Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, desapropriando tal propriedade da International Telephone Telegraph Corporation, a famosa ITT, multinacional do ramo e do setor.

Portanto, há obras de Siegfried Heuser, no plano administrativo do Rio Grande do Sul, no campo econômico, no campo institucional, na política de telecomunicações, que deixaram uma marca, e uma marca válida não apenas para o Rio Grande do Sul, mas válida, inclusive, como exemplo, como gesto, como postura doutrinária transposta para a realidade prática administrativa, que tem as suas repercussões no plano nacional.

Por isso, Sr. Presidente, pelo parlamentar atuante que Siegfried Heuser foi, coordenador que era, até o evento

lastimável que nos privou de sua companhia, coordenador que era da Bancada Federal do seu Partido, em termos de Rio Grande do Sul, com as qualificações de economista, administrador e planejador de porte e de mérito, com obras legadas ao Rio Grande do Sul e ao Sul do País, um homem com o currículo de dignidade política, que a própria memória agora resgata e que as urnas, de certa forma, avalizaram respeitosamente, eu tenho, nesta hora, o dever e a honra de, encaminhando o requerimento que subscrevemos, de fazer saber que o apreço que o Senado da República lhe vai devotar, quando do seu trespasse, é, rigorosamente, um testemunho de reconhecimento por uma vida dedicada a princípios respeitáveis, por atos que sempre se pautaram pela correção e idoneidade éticas, e por uma dignidade de político, que, para nós, que também somos políticos, honra e exalta o desempenho desse tipo de mister que me parece extremamente pertinente na busca do bem público.

Por isso, Sr. Presidente, com este testemunho de apreço, como gaúcho, como Parlamentar, como político e como admirador de Siegfried Heuser, em nome da Bancada do Partido da Frente Liberal, e a título pessoal, encareço a importância do requerimento que se formula e peço que se transmitam a sua viúva, D. Maria Simon Heuser, irmã do nosso prezado companheiro de Casa, aqui, no Senado Federal, Senador Pedro Simon, cunhado de Siegfried Heuser, aos cinco filhos do Deputado, aos seus familiares, enfim, ao nosso Rio Grande do Sul, o pesar que temos todos nesta hora em que uma figura tão ilustre, ilustre não por ter morrido, não no necrológico, mas na biografia revivida, merece este respeito, este registro e este reconhecimento.

O Sr. Gastão Müller — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CARLOS CHIARELLI — Ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Gastão Müller — O nobre Senador Humberto Lucena falou em nome do PMDB. V. Ex^a fala em nome da Frente Liberal. E eu, eventualmente na Liderança, como Vice-Líder, tenho que testemunhar o doloroso fato, em nome da Bancada do PMDB, que vimos nesse Deputado atuante, notável parlamentar e admirável administrador, como V. Ex^a já revelou, uma perda irreparável para a Bancada e, por que não dizer, da Bancada do PMDB de âmbito nacional. De modo que as palavras de V. Ex^a e do Senador Humberto Lucena sobre Siegfried Heuser são as palavras também do PMDB no Senado Federal.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Agradeço a intervenção de V. Ex^a, ilustre Senador Gastão Müller, que, evidentemente, incorporadas à nossa modesta manifestação, significarão mais um bálsamo para a família e para tantos quantos sempre lembraram e lembram com apreço a figura de Siegfried Heuser.

O Sr. Passos Pôrto — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS CHIARELLI — Pois não.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador Carlos Chiarelli, subscrevo o requerimento que está sendo encaminhado por um representante do Rio Grande do Sul, e me solidarizo com o pesar de toda a Casa pelo desaparecimento dessa grande figura de político gaúcho, que, por uma dessas fatalidades, escolheu a cidade mais austral do Mundo, Punta Arenas a oito graus abaixo de zero, ele que trazia consigo o calor das lutas políticas do Rio Grande do Sul, de uma etnia que ajudou a colonizar e a formar a tradição política do Rio Grande, que foi a colônia alemã, ele, que se inscreveu na história do Rio Grande do Sul, sobretudo pela sua coerência partidária, foi o último Presidente do PTB e foi o primeiro Presidente do MDB, sempre na oposição. Quando Governo, como V. Exª já historiou, participou do fato político de maior importância naquela época — a desapropriação da empresa telefônica do Rio Grande do Sul. É a este homem que saúdo, em nome do povo do meu Estado, para dizer a V. Exª que todos estamos pesarosos pela lamentável perda de um cidadão que, aos 65 anos, ainda poderia dar muito de si pela transição política e democrática do nosso País.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Senador Passos Pôrto, agradeço a sua tocante homenagem, e incorporando-a, com o brilho que nela se contém, com o afeto que ela traduz, encerro as minhas palavras, encaminhando o requerimento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Em votação o requerimento.

O Sr. Jorge Kalume — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tem a palavra o nobre senador Jorge Kalume, para encaminhar a votação.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em nome da Bancada do Partido Democrático Social, associo-me a esta manifestação de pesar que está sendo prestada ao nosso inesquecível colega Siegfried Heuser, falecido há poucos dias, quando se encontrava no exterior.

Isto me faz lembrar que não importa como uma pessoa morreu, mas como essa pessoa viveu.

Esse colega, durante a sua vida, profissional ou política, durante a sua vida pública, soube conduzir-se para receber as homenagens que lhe são prestadas não só pelo Congresso Nacional como pelo bravo povo do Rio Grande do Sul, a um de seus mais ilustres filhos. O nosso homenageado esta tarde soube desempenhar com afinco e com probidade os cargos que exerceu no seu Estado, como o Secretário de Estado dos Negócios da Economia, onde deixou marcada a sua presença de técnico de alto gabarito.

Deplorando o seu desaparecimento, pranteando a sua memória, em nome do Partido Democrático Social e em meu próprio, apresento as condolências ao bravo povo gaúcho, à sua digna família, enfim, ao Congresso Nacional, Casa a que pertenceu, hornado-a através de um trabalho dignificante.

Eram estas as nossas palavras, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprova queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Mesa se associa à manifestação de pesar dos Srs. Senadores e dos subscritores deste requerimento. Só posso confirmar tudo quanto aqui se expressou a respeito da figura do Deputado Siegfried Heuser.

Conheci-o somente a partir do ano passado, quando, exercendo à Presidência do Congresso, tive a oportunidade feliz de ter contactos que, embora passageiros, me proporcionaram a oportunidade de conhecer a pessoa do eminente Deputado Siegfried Heuser.

Era um tribuno assíduo para se pronunciar sobre os problemas do momento.

Como aqui foi destacado, conhecia muito bem as finanças e a economia do País e sobre elas constantemente

dava a sua autorizada opinião, não se furtando nunca de tomar posições muito claras e muito objetivas a respeito dos assuntos em foco. Era um deputado que, para aqueles que muito pouco o conheciam, como eu, desde logo se impunha pela austeridade da sua figura e da sua presença, pela competência de seus pronunciamentos, pela assiduidade com que frequentava as sessões do Congresso Nacional, sobretudo pela coerência das suas posições.

Desta maneira, como Presidente do Senado e posso acrescentar, do Congresso Nacional, manifesto, também, o profundo pesar desta Casa e do Congresso pela perda de tão eminente personalidade política do nosso Estado do Rio Grande do Sul.

Sendo assim, em obediência ao requerimento que foi aprovado, será consignado em Ata o voto de profundo pesar. Serão transmitidas condolências à Família, ao Estado do Rio Grande do Sul e aos Presidentes Nacional e Regional do PMDB, e será levantada esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

(Em regime de urgência — art. 371, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 218, de 1985 (nº 6.698/85, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o Plano Nacional de Informática e Automação — PLANIN (dependendo de pareceres das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Economia).

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 173, de 1985 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.159, de 1985), que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 152.682.159.144 (cento e cinquenta e dois bilhões, seiscentos e oitenta e dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, cento e quarenta e quatro cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARCER, sob nº 1.160, de 1985, da Comissão:
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

(Dependendo da votação do requerimento nº 37, de 1986, do Senador Alfredo Campos, de adiamento da votação para o dia 2 de abril de 1986).

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 176, de 1985 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.167, de 1985), que autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Garças (MT) a elevar em Cr\$ 4.886.412.000 (quatro bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e doze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARCERES, sob nºs 1.168 e 1.169, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Municípios, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 178, de 1985 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.173, de 1985), que autoriza a Prefeitura Municipal de Itapira (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 8.541.692.500 (oito bilhões, quinhentos e quarenta e um milhões, seiscentos e noventa e dois mil e quinhentos cruzeiros), tendo

PARCERES, sob nºs 1.174 e 1.175, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Municípios, favorável.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 179, de 1985 (apresentado pela Comissão de Economia

como conclusão de seu Parecer nº 1.176, de 1985), que autoriza a Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.680.050.000 (dois bilhões, seiscentos e oitenta milhões e cinquenta mil cruzeiros), tendo

PARCERES, sob nºs 1.177 e 1.178, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Municípios, favorável.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 181, de 1985 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.181, de 1985), que autoriza a Prefeitura Municipal de Sombrio (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 275.952.706 (duzentos e setenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e seis cruzeiros), junto à Caixa Econômica Federal, tendo

PARCERES, sob nºs 1.182 e 1.183, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Municípios, favorável.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 182, de 1985 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.184, de 1985), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alta Floresta (MT) a elevar em Cr\$ 3.140.422.050 (três bilhões, cento e quarenta milhões, quatrocentos e vinte e dois mil e cinquenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARCERES, sob nºs 1.185 e 1.186, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Municípios, favorável.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 184, de 1985 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.190, de 1985), que autoriza a Prefeitura Municipal de Ibioporã (PR) a elevar em Cr\$ 1.007.805.300 (um bilhão, sete milhões, oitocentos e cinco mil e trezentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARCERES, sob nºs 1.191 e 1.192, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Municípios, favorável.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 186, de 1985 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.206, de 1985), que autoriza a Prefeitura Municipal de Barra Mansa (RJ) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 15.897.513.479 (quinze bilhões, oitocentos e noventa e sete milhões, quinhentos e treze mil, quatrocentos e setenta e nove cruzeiros) tendo

PARCERES, sob nºs 1.207 e 1.208, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Municípios, favorável.

10

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 187, de 1985 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.209, de 1985), que autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 42.459.266.750 (quarenta e dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e nove milhões, duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta cruzeiros), tendo

PARCERES, sob nºs 1.210 e 1.211, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Municípios, favorável.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 188, de 1985 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.212, de 1985), que autoriza a Prefeitura Municipal de Luz (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 872.837.604 (oitocentos e setenta e dois milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e quatro cruzeiros), tendo

PARECERES, sob nºs 1.213 e 1.214, de 1985, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

12

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1982, da Senadora Laélia de Alcântara, que restringe a disponibilidade dos bens imóveis do analfabeto, tendo

PARECER, sob nº 849, de 1985, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

13

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1983, de autoria do Senador Gastão Müller, que faculta às empresas revendedoras de combustível ao público o pagamento à vista ou da parte por elas efetivamente comercializada, tendo

PARECER, sob nº 742, de 1985, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

14

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que define a residência médica e disciplina o exercício profissional da atividade, dando outras providências, tendo

PARECER, sob nº 463, de 1985, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

15

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 1985, de autoria do Senador Jorge Kalume, que permite o uso dos créditos em fundos do Decreto-lei nº 157 para amortização de prestações do Sistema Financeiro de Habitação, tendo

PARECER, sob nº 881, de 1985, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

16

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 1985-DF, que aprova o Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 1.108 e 1.109, de 1985, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- do Distrito Federal, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-DF.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 05 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 26 DE 1986

Disciplina a aplicação do Decreto-lei nº 2.284/86, nos Contratos Administrativos do Senado Federal.

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a edição do Decreto-

lei nº 2.284, de 10 de março de 1986 e o disposto no art. 55 § 1º da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Os Contratos Administrativos, com cláusulas de correção, firmados pelo Senado e em vigor, deverão ter seus preços reajustados de acordo com a variação dos índices estabelecidos nos mesmos, entre a data da respectiva proposta e 28 de fevereiro de 1986.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo às licitações em andamento, cuja abertura de proposta tenha ocorrido até 28 de fevereiro de 1986.

§ 2º O valor encontrado, de acordo com o cálculo estabelecido neste artigo, deverá ser transformado em cruzados na proporção de Cr\$ 1.000 (mil cruzeiros) para Cz\$ 1,00 (um cruzado), com vigência a partir de 1º de março de 1986.

Art. 2º Caberá à Auditoria do Senado Federal providenciar os cálculos, nas formas estabelecidas neste ato, devendo a Diretoria Geral adotar as providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Os órgãos supervisionados deverão observar as normas estabelecidas neste Ato nos contratos vigentes, cabendo aos setores financeiros respectivos a elaboração dos cálculos pertinentes.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário. Senado Federal, 25 de março de 1986. — José Fragelli, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 27, DE 1986

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973 é revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Comissão Diretora e a vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980.

Resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de Rosângela Silvestre Maia Militão, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 17 de março de 1986, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mário Maia.

Senado Federal, 25 de março de 1986. — José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 28, DE 1986

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003606 86 4

Resolve aposentar, voluntariamente, Seraphim dos Santos Alves, Adjunto Legislativo, Classe "Única", Referência NS-16, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso I, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos III e V, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 358, de 1983, e artigos 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, com proventos integrais, correspondentes ao vencimento da Classe "Especial", Referência NS-19, e a gratificação adicional por tempo de serviço a que faz jus, observado o limite previsto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 26 de março de 1986. — José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

12ª Reunião (Especial), realizada em 31 de outubro de 1985.

Às dezessete horas do dia trinta e um de outubro de 1985, na Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senador Mauro Borges, Presidente, e os expositores Jael Antonio da Silva, Gerente do BNH em Brasília, Luiz Fernando de Moraes Silva, Diretor Técnico e de Planejamento da SHIS, Sueli Franco N. Gonzales, Profª do Deptº de Arquitetura-UnB, Manoel Augus-

to de Almeida, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil-DF, Aref Assreuy, Presidente do Conselho de Federação dos Corretores de Imóveis, reúne-se especialmente a Comissão do Distrito Federal.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Mauro Borges, declara abertos os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente, comunica aos seus pares, que a presente reunião se destina ao Ciclo de Debates Sobre Brasília, e que os expositores de hoje falarão sobre o tema Habitação. Logo após o Senhor Presidente faz a apresentação dos palestradores e os convida para fazerem parte da mesa dos trabalhos.

Prosseguindo, o Senhor Presidente, esclarece aos presentes, que logo após a palestra de cada expositor, é franqueado a palavra ao público, para debates com as devidas autoridades presentes na mesa dos trabalhos.

Continuando, o Senhor Presidente, ao encerrar os debates agradece aos palestradores, pelo atendimento ao convite de participação neste Ciclo de Debates, e, pela magnífica atuação de cada um, na palestra e nas respostas, agradece também as demais autoridades presentes e ao público em geral.

Antes de encerrar a reunião, o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas sejam publicadas em anexo a esta Ata, e que seja remetida uma cópia ao Governador do Distrito Federal, Deputado José Aparecido de Oliveira.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Kleber Alcoforado Lacerda, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1985, REFERENTE AOS PRONUNCIAMENTOS DO DR. JAEI ANTONIO DA SILVA, GERENTE DO BNH EM BRASÍLIA, DR. LUIZ FERNANDO DE MORAES SILVA, DIRETOR TÉCNICO E DE PLANEJAMENTO DA SHIS, DRA. SUELI FRANCO N. GONZALES, PROFª DO DEPTº DE ARQUITETURA-UnB, MANOEL AUGUSTO DE ALMEIDA, ASSREUY, PRESIDENTE DO CONSELHO DE FEDERAÇÃO DOS CORRETORES DE IMÓVEIS, ALÉM DOS SENHORES SENADORES E CONVIDADOS PARA OS DEBATES; FEITOS DURANTE A REUNIÃO, QUE SE PUBLICA, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador Mauro Borges

Vice-Presidente: Senador Raimundo Parente

Integra do Apanhamento Taquigráfico da Reunião

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Meus Srs., minhas Srs., vamos dar início à segunda série de debates sobre Brasília. Tenho o prazer de convidar para tomar parte à mesa, os debatedores Joel Antônio da Silva, Gerente do BNH em Brasília (palmas), Sr. Luiz Fernando de Moraes e Silva, Diretor Técnico de Planejamento da SHIS (palmas), Sueli Franco Gonzales, Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnB (palmas); Manoel Augusto de Almeida, Presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil (palmas); Dr. Aref Ass Reuy, Presidente do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis (palmas).

Temos a grata satisfação de retomar este ciclo de debates que, como ressaltai na primeira reunião, tem o maior significado para a formulação correta das soluções dos problemas de Brasília, sobretudo agora que Brasília vai escolher os seus representantes e é preciso que tenha, na mente do povo, visões corretas dos grandes problemas de Brasília, apesar de ser uma cidade muito jovem e pelo seu próprio crescimento e responsabilidade de cidade nacional, uma cidade que não tem responsabilidades apenas com seus habitantes, mas tem responsabilidades nacionais, também, e é muito importante que esses debates conduzam a uma visão realista e correta para a solução dos problemas e que ajudem os futuros

representantes a interpretar corretamente o pensamento do povo.

Nós vamos adotar o mesmo sistema da última reunião, em conceder a palavra a cada um dos Srs. Expositores que terão 15 minutos para exporem a sua visão do problema de hoje, que é o problema da habitação. Cada um falará por 15 minutos e, em seguida, abriremos os debates, concedendo a palavra a cada um dos Srs., para fazerem as perguntas que desejarem, diretamente a cada um dos interlocutores ou, então, se não quiserem indicar quem irá responder, a pergunta será feita, e aquele que se achar mais adequado responderá. Em assim sendo acho que poderemos ventilar esse tema que é de interesse muito grande — e estou vendo, aqui, pessoas que já estiveram comigo durante a semana, pessoas do Sindicato de Inquilinos de Taguatinga, que é uma organização militante e que discute e vive esse problema. Isto é muito importante. Brasília é uma cidade realmente interessante, sob esse aspecto organizativo. A organização da sociedade aqui, chegou a tal ponto que supriu a deficiência da organização política. Nós vemos, aí, que as associações de ruas, de quadras e de profissões — são centenas de organizações que congregam o povo, de uma ou outra maneira, procurando unificar o pensamento e debatê-lo para que se defenda, da melhor maneira possível, o interesse popular. Portanto, nós chamaremos, aqui, para iniciar a sua exposição, o Sr. Joel Antônio da Silva, Gerente do BNH em Brasília.

O SR. JOEL ANTÔNIO DA SILVA — Em primeiro lugar, eu gostaria de louvar a iniciativa da Comissão do Distrito Federal, porque, realmente nós, em Brasília, estamos necessitados de uma integração e de uma discussão mais ampla, com vistas a uma formulação concreta, definitiva e objetiva de uma política habitacional da capital federal da República.

A minha exposição vai se ater, basicamente, a nível de uma retrospectiva da atuação do Sistema Financeiro de Habitação, no âmbito do Distrito Federal, porque não compete, exatamente, ao BNH formalizar essa política. O Banco é apenas mais um instrumento disponível e ao alcance dos Governos estaduais, de forma a alcançar os objetivos da maioria da população brasileira que é ter a sua casa própria. Nesse sentido o Sistema Financeiro de Habitação já concedeu, no Distrito Federal, 102 mil financiamentos. Desse total, aproximadamente 55% — em torno de 60 mil habitações — foi sempre visando a área de interesse social — na faixa de atendimento à população de ganho de 0 a 5 salários mínimos. Isto corresponde a, aproximadamente, 30% do total de habitações construídas no Distrito Federal e, somente na parte habitacional, houve o envolvimento de recursos da ordem de 2 trilhões e 400 bilhões de cruzeiros, aproximadamente. Complementando a habitação, a casa, por trás existe uma série de outras providências que são necessárias. Na área de infra-estrutura de equipamentos comunitários públicos e privados, o BNH, também, já concedeu um volume significativo de recursos da ordem de 450 milhões de cruzeiros — aproximadamente, 7,5 milhões de UPC.

Na área de saneamento, águas, esgoto e desenvolvimento urbano, os empréstimos concedidos montam em 18 milhões de UPCs, algo em torno de 1 trilhão de cruzeiros. Quer dizer, o somatório disso, ao longo de 21 anos, aproximadamente, daria um total de 65,5 milhões de UPCs, que hoje daria, aproximadamente, 4 trilhões de cruzeiros.

O importante a ressaltar disso tudo é que, na maioria das intervenções, eu diria quase que a totalidade das intervenções feitas por intermédio do BNH, foram intervenções no sentido apenas de cumprir uma programação estabelecida pelos órgãos que militam, que cuidam do planejamento, ou que cuidam da habitação no Distrito Federal.

Importante ressaltar que, no meu entendimento pessoal, acho que muito mais poderia ter sido feito. Na verdade, a indefinição existente e que me parece que, no momento, está procurando ser corrigida, quer dizer, a indefinição de uma política, de um planejamento, a longo prazo, para o Distrito Federal, é que tem causado conseqüências a olhos vistos. Quer dizer, a grande reinv-

dicação, hoje, da maioria da população, é exatamente habitação.

Além disso, como conseqüência, nos últimos 6 anos, não se produziu habitação, no Distrito Federal, basicamente por intermédio do BNH. Muito pouca coisa, números insignificantes. Tínhamos uma COHAB, que era a SHIS, que até idos de 1977, praticamente, 1978, era a primeira COHAB, no Brasil, em termos de produção de habitação. Hoje, deve ser a oitava ou nona, em função, exatamente, dessa paralisação ocorrida, no Governo passado. Basicamente, o que se argumentava, na época, é que havia um fluxo migratório muito grande para o Distrito Federal, exatamente em busca apenas da habitação.

A conseqüência disso, — todos sabem exatamente o que aconteceu — temos um processo acentuado de invasões e subhabitações, aumentando sensivelmente o grau de insalubridade, inclusive, dessa população. Então, nesse sentido, a minha intervenção é curta, porque, na verdade, estamos aqui mais para ouvir do que para falar, é no sentido de que realmente tem que haver um interesse maior do Governo, no sentido de definir uma política concreta de habitação, no Distrito Federal; necessidade da integração de todos os órgãos envolvidos com a habitação, no Distrito Federal. Percebeu-se, durante algum tempo, que cada um caminhava num sentido. Com isso, desperdício de recursos, falta de objetividade, não atendimento ao social e esse, então, nos últimos tempos, não tem sido visto de forma nenhuma.

Procurando, exatamente, essa integração, a nossa agência do BNH, aqui em Brasília, utilizando, inclusive, de estudos desenvolvidos, há algum tempo, a nível federal e do Governo do Distrito Federal, envolvendo, inclusive, o Governo do Estado de Goiás e de Minas Gerais, propôs a diretoria do Banco Nacional da Habitação que ampliássemos a nossa atuação, a nossa área de atuação da agência do BNH, hoje, que até há 15 dias estava limitada ao Distrito Federal.

Como entendermos habitação como esse complexo maior que envolve inclusive a própria periferia da cidade, a própria região do entorno, que são os denominados "municípios de entorno" que são os 12 municípios de entorno, 11 em Goiás e um do Distrito Federal, então, propôs a diretoria do Banco Nacional da Habitação que ampliássemos também a nossa área de jurisdição, de forma, que a agência pudesse também atender aos preitos dessas municipalidades, de maneira que tivéssemos, também, uma visão mais abrangente da problemática habitacional, porque, nós técnicos do Banco Nacional da Habitação, entendemos que não é apenas uma ação isolada, no Distrito Federal, que vai resolver o problema da habitação. Tem que haver uma intervenção, exatamente, nesses outros municípios que afetam diretamente a Capital da República.

Concretamente, hoje o que o Banco Nacional da Habitação iniciou, em termos de produção de habitação, é exatamente alguma coisa que parece que está se vislumbrando, como uma nova política, uma definição, um plano realmente de atuação, ao longo dos próximos três ou quatro anos, e que já está surtindo algum efeito, e já foi dada entrada, no Banco Nacional da Habitação, este ano, quatro projetos — é muito pouco ainda, mas o Governo, recém-instalado, o Banco Nacional da Habitação também passou por um processo de dificuldade orçamentária, que o próprio orçamento do Banco, de 1985, só foi aprovado no final de agosto. Estávamos com o ano praticamente terminando, quando foi aprovado o orçamento do Banco Nacional da Habitação, ficando assim impedido de atuar, vamos dizer, mais rapidamente. Mas acho que a agência do Banco, nos contatos que tem mantido, a nível de Governo Federal, de Secretaria de Serviços Sociais e da nossa COHAB, que é a nossa SHIS — Sociedade de Habitação e Interesse Social — temos procurado, exatamente, essa integração, porque, sem ela, não conseguiremos levar a bom termo o problema habitacional no Distrito Federal.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Ouviremos, agora, pelo mesmo espaço de tempo, o Dr. Luiz Fernando de Moraes Silva — Diretor Técnico de Planejamento da SHIS.

O DR. LUIZ FERNANDO DE MORAES SILVA — Inicialmente, eu gostaria de me congratular com o Sr. Senador Mauro Borges — Presidente da Comissão do Distrito Federal — e com o arquiteto José Carlos Córdoba Coutinho — Presidente do IAB/DF — pela feliz iniciativa de promover esse ciclo de debates sobre Brasília.

O momento é oportuno, estamos no início de um novo Governo no Distrito Federal, e o Sr. Deputado José Aparecido, nosso Governador, inaugura um período administrativo, onde a participação de todos, nas decisões governamentais, será a tônica fundamental.

A realização desses debates, tenho certeza, produzirá subsídios preciosos à formulação de novas políticas para o Distrito Federal.

Vou dar um enfoque a uma retrospectiva do problema habitacional, no Distrito Federal, desde a sua criação até os dias de hoje.

I — O problema da habitação no DF

Qualquer enfoque do problema da habitação popular, no Distrito Federal, deve, necessariamente, levar em conta as suas peculiaridades, enquanto cidade pré-concebida. Porém, ter como marco tais condições não significa que, entre nós, o problema da habitação popular tenha feições diferentes das outras cidades do Brasil. No seu nível mais abrangente, isto pode ser tributado às causas clássicas que provocam o problema em todo o País. No seu nível particular, influem certamente as condições que cercaram a implantação do Plano Piloto. As previsões iniciais estimavam que as populações pobres, atraídas durante a construção da cidade, seriam gradativamente absorvidas: um terço na área urbana, um terço na área rural e o terço restante, imaginava-se na época, deveria retornar aos seus locais de origem. (Costa 1974: 21).

Na verdade, a carência de habitações populares antecedeu a própria inauguração da cidade. Já em 1958, como indica Ribeiro, eram proibidas novas construções na Cidade Livre, proibição que não impediu que a cidade provisória continuasse a crescer desordenadamente e, às vezes, em condições subnormais como foi o caso da Vila Sarah Kubistchek — e, em 1959, possuísse cerca de 60.000 habitantes aproximadamente (Lins 1981). Em 1959, iniciava-se também a política de erradicação de invasões com a transferência da Vila Sarah Kubistchek e de outras invasões para a área de Taguatinga. No mesmo período, com a transferência da Vila Amauri, surge Sobradinho e, no ano seguinte, surge o Gama.

A política de erradicação continuou após a inauguração da cidade, respaldada por sua legislação complementar. O Código de Obras, criado para garantir as premissas urbanas do Plano Piloto, eliminou aqueles mecanismos existentes nas legislações de outras cidades que permitiam o parcelamento do solo e a densificação das áreas urbanas, através da iniciativa particular.

A legislação incentivou o surgimento de uma postura de assepsia, em relação ao Plano Piloto, cerne da política de erradicação de invasões. A culminância dessa política foi a transferência de 12.000 barracos da "Vila do IAPI" para a periferia de Taguatinga, num loteamento de 15.000 lotes onde seriam localizadas todas as invasões do Distrito Federal — a Ceilândia. (O nome deriva de CEI — Campanha de Erradicação de Invasões).

Após alguns anos, a política de erradicação revelou toda a sua ineficiência. A simples transferência de invasões não resolvia o problema habitacional, pelo contrário, constiu-se num forte atrativo para o surgimento de novas invasões com as populações motivadas pela possibilidade de receberem um lote, face a inexistência de outras alternativas para a obtenção de moradia. Também não melhorava as condições de habitabilidade dos removidos, em muitos casos até pioravam, pois rompia com os laços internos da comunidade e transferia seus membros para locais distantes do seu mercado de trabalho (formal e informal), sobrecarregando-os com custos sociais e financeiros; finalmente, os novos locais não apresentam melhorias significativas em relação à invasão, a não ser um certo ordenamento urbano, as condições referentes à infra-estrutura, aos serviços e aos equipamentos urbanos eram em certos locais tão precários quanto na invasão.

Ao lado da política de erradicação de invasões foram executadas algumas ações para minorar o problema de

habitação popular no Distrito Federal. Assim é que, em 1962, o Governo do Distrito Federal criava a Sociedade de Habitações Econômicas de Brasília — SHEB, com a finalidade de possibilitar a aquisição de casa própria às pessoas de reduzida capacidade aquisitiva e promover a progressiva extinção de invasões. Entre 1962 e 1964 a SHEB construiu 98 unidades habitacionais em Sobradinho.

Com a criação do Sistema Financeiro de Habitação — SFH e do Banco Nacional da Habitação — BNH, em 1964, a SHEB foi reestruturada, mudando a sua razão social para Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda — SHIS, tornando-se a executora do Plano Nacional da Habitação em todo o Distrito Federal.

Até hoje (outubro/85), a SHIS construiu cerca de 67.000 unidades habitacionais, sendo que deste total cerca de 60.700 habitações são populares. Apesar de número tão significativos — estima-se que perto de 335.000 pessoas residam em casas populares construídas pela SHIS — alguns fatores contribuíram para que esses resultados não fossem satisfatórios.

O processo dinâmico de expansão urbana, motivado pela posição de não permitir a "enquistação de favelas" nem a agregação de novas áreas do Plano Piloto, acabou por formar um modelo de organização espacial composto pelo Plano Piloto (centro) e cidades satélites (periferia), característico das áreas metropolitanas brasileiras; o caso do Distrito Federal, mais exacerbado devido à separação física entre o centro e as áreas periféricas. Também a definição rígida de uso e ocupação do solo, peculiar ao desenho do Plano Piloto, e a inexistência de terrenos adequados, a preços compatíveis, destinados à construção de habitações populares, praticamente definiram as cidades satélites como campo de atuação da SHIS. Esta situação, como num círculo vicioso, acabou por reforçar o papel do centro com prejuízos para as cidades satélites. "A centralização excessiva de atividades no Plano Piloto", como aponta Carlos Nelson, "em detrimento das cidades satélites e demais formas de assentamento periférico remeteria, em última instância, à problemática da concentração de rendas. Só ficou no Plano Piloto quem teve condições de produzir o suficiente para desfrutá-lo. Uma três quartas partes do Distrito Federal não está nesse caso e, portanto, teve de deixá-lo ou não pôde entrar. Paradoxalmente, não é possível a essa gente morar no Núcleo, mas lá ficou sua única alternativa de trabalho, condicionada pela concentração de moradores com o mais alto poder aquisitivo, distribuidores potenciais de riquezas e, nesse sentido, empregadores e consumidores dos serviços executados pelos pobres (...)" (Santos 1979: 17).

Além do distanciamento do mercado de trabalho, a localização dos conjuntos habitacionais na periferia urbana também implicou numa maior dificuldade dessas áreas serem beneficiadas com infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos. Impediam-no: primeiro, os obstáculos (físico e financeiro), inerentes à distância, para os novos serviços a serem instalados e interligados às redes já existentes; em segundo lugar, a impossibilidade das concessionárias em acompanhar o ritmo de implantação das unidades residenciais (um conjunto habitacional) leva em torno de 8 meses para ser construído enquanto que os prazos para as obras de implantação das redes de esgoto, luz, água pluvial e abastecimento de água serão função da distância a ser vencida). Deste modo, a maioria dos conjuntos habitacionais de Brasília foram implantados com o mínimo de infra-estrutura necessária, o que resultou em custos sociais assumidos pela população.

A nível dos conjuntos habitacionais, alguns fatores também influenciaram nos resultados. A adoção dos princípios urbanísticos do Plano Piloto, tais como: zoneamento rígido de usos e ocupação do solo, organização espacial como definições claras de função e atividades, superdimensionamento das vias de tráfego, a rígida hierarquização do sistema viário, as grandes dimensões das áreas verdes e das áreas livres acabaram por criar dificuldades não só no desenvolvimento dos núcleos, através da urbanização de suas áreas e da implantação da infra-estrutura básica, como também criaram obstáculos à implantação de equipamentos privados de lazer, comércio e serviços ligados diretamente às necessidades dos moradores.

Um outro fator que restringiu significativamente a ação da SHIS foi a especialização de sua produção, voltada exclusivamente para a execução de unidades habitacionais prontas. Tal posição derivada do conceito de "déficit habitacional". Imaginava-se que o problema da habitação popular resumia-se na questão de uma maior ou menor quantidade de habitações disponíveis. Hoje o conceito de déficit está superado. Muitos teóricos entendem que a solução do problema da habitação popular é um processo em que a construção da casa é apenas uma etapa, e que outros fatores, como localização, por exemplo, tem uma importância fundamental.

O direcionamento da ação da SHIS acabou por limitar seu alcance, já que deixava de atender, face aos limites impostos pelos custos das habitações, os segmentos populacionais que não possuíam os rendimentos exigidos para o financiamento da unidade habitacional. Apesar dos esforços em aumentar, através da redução de custos, a oferta de habitações para as populações mais pobres, a "demanda" sempre cresceu a taxas superiores as da "oferta". Este fato, decorrente de fatores limitativos como: crescimento demográfico, processo inflacionário etc; repercutiu diretamente na qualidade e no tamanho das habitações construídas (cada vez mais perdia-se qualidade em favor da viabilização da oferta). Mesmo assim, a oferta de habitações só atingiu as populações com ganhos acima de 2,5 salários mínimos, deixando de beneficiar parcelas significativas da população com ganhos inferiores a esse valor. Entretanto, apesar de estarem excluídas da oferta da SHIS, essas populações eram indiretamente beneficiadas pela ação do Governo: não só porque a oferta de novas habitações pode significar uma maior disponibilidade de habitações precárias (1), mas também pela possibilidade dessas novas habitações agregarem mais uma família, pela coabitação ou pela construção de mais uma unidade residencial no fundo do lote (2). Neste sentido, a política de construção de casa, serviu em certa medida, para reduzir os índices de crescimento das invasões.

A partir de 1979, com decisão do Governo Lamaison em eliminar o volume da produção de conjuntos de habitações populares, com vistas à redução do fluxo migratório para Brasília, e de condicionar as novas construções à existência prévia de infra-estrutura (água, luz, esgoto, etc.) de equipamentos comunitários (educação, saúde, lazer, etc.), ocorreu uma grande redução na oferta de habitações populares e, conseqüentemente, um acréscimo significativo da demanda.

Em 1975 o levantamento efetuado pela Secretaria de Serviços Sociais, apontava a existência de 1.509 barracos em 14 invasões, com um total de 7.286 habitantes. Em 1981, diante do crescente número de invasões, o Governo do Distrito Federal criou o GBR — Grupo para Habitação de Baixa Renda, grupo consultivo decisório, constituído por secretários de estado. Posteriormente buscando uma atuação mais efetiva foi criado, em meados de 1982, o grupo executivo para assentamento de invasões — GEPAFI, no âmbito da SHIS, diretamente vinculado à Secretaria de Serviços Sociais. A atribuição básica do GEPAFI era subsidiar as decisões do Governo no trato do problema das invasões através da elaboração de estudos, pesquisas, projetos técnicos e programas articulados com outros órgãos.

Em 1983, a SHIS, através do GEPAFI, promoveu o cadastramento geral das invasões. A população residente nas invasões, então, atingiu a 86.830 pessoas. Em 1979, ela era de 7.286 distribuídas em 90 invasões, em 1979, eram 14, localizadas em todas as regiões administrativas. A partir do cadastramento, o grupo elaborou o programa de assentamento populacional de emergência — PAPE, articulado ao BNH, através do PROMORAR. O programa utilizava duas alternativas básicas para a solução do problema de invasões:

— Urbanização das invasões no próprio local do assentamento, desde que fosse viável e do interesse da população.

— Transferência da população para áreas próximas aos assentamentos originais, no mesmo contexto urbano em que estava localizada.

Durante os últimos anos, o GEPAFI promoveu a implantação de cinco assentamentos: Vila Itamaracá, no Gama; Quadra 18, em Sobradinho; Vila São José II, em Brazlândia; a QE 38 no Guará II; e a expansão da QNL de Taguatinga (*). Encontram-se em fase de conclusão os

projetos de Candangolândia(*) e Vila Buritis — Planaltina. No período de 1982 a 1985, através do PAPE, foram construídas cerca de 6.623 unidades habitacionais.

As ações empreendidas através do PAPE reduziram sensivelmente a população residente em assentamento precários: de 86.830 habitantes, em 1983, a população caiu para 59.095 habitantes (dados pesquisados em setembro/85). Porém, apesar dos resultados positivos, a ação empreendida pelo GEPAFI não foi acompanhada pelos projetos de melhorias progressivas. A ideia que subsidiava a ação do grupo previa, após o assentamento inicial, a implementação de ações seqüenciais, objetivando gradativamente introduzir no assentamento maiores níveis de habitabilidade; como conseqüência, alguns dos assentamentos encontram-se provados de benefícios urbanos, tais como: rede de esgoto, rede de águas pluviais, pavimentação, equipamentos comunitários e urbanização (meio-fio, calçadas, ponto de ônibus, etc.).

Além da falta de complementação do trabalho desenvolvido através do PAPE, conta negativamente a especificidade da oferta voltada unicamente para as populações invasoras. Não houve, paralelamente ao trabalho desenvolvido pelo GEPAFI, ações que atingissem também outros segmentos populacionais carentes.

Houve uma avaliação superficial, com base unicamente nas inscrições da SHIS, aponta um total de 113.562 famílias pretendentes à casa própria (?). O que numa previsão mais otimista, significaria uma necessidade de 100.000 habitações, para abrigar um terço da população do DF; isto, sem levar em conta que a avaliação inclui somente os dados disponíveis na SHIS, alguns deles pesquisados há 1 ano, o que, sem dúvida, torna o número pouco confiável.

Hoje, verifica-se que as ações desenvolvidas na área da habitação, de um modo geral, não tiveram os impactos esperados. Com excessão feita ao PAPE, que em pouco mais de 2 anos reduziu a população invasora em 46,9%, o problema da habitação continua afetando a vida de um número significativo de brasilienses.

Não é preciso ser especialista para perceber que entre nós, para não falar no País inteiro, a questão habitacional vem se agravando. Nos últimos meses, os jornais vêm indicando, com certa regularidade, o agravamento da situação; a SHIS vem recebendo diariamente abaixo-assinados, requerimentos e pedidos de novas habitações; no seio da população vem surgindo associações e movimento reivindicatórios com relação à habitação.

Diante deste quadro o Governador José Aparecido criou, através do Decreto nº 8.743, de 23 de julho de 1985, o Grupo Consultivo da Política Habitacional para as populações de baixa renda. O grupo é composto pelos Secretários de Estado que atuam na área da habitação e conta com assessoramento de técnicos dos diversos órgãos do complexo administrativo do GDF, que executam a política habitacional, entre eles a SHIS.

A nível de suas competências, a SHIS elaborou a sua programação trienal de obras para o período de 86 a 88. A programação prevê a construção de 29.639 unidades habitacionais com investimento total de 29 milhões de UPC o que significa 1 trilhão e 7 bilhões de cruzeiros.

Gostaria de chamar a atenção que o Plano da SHIS, que deve ser encaminhado ao BNH e que foi encaminhado ao Governo, o valor do investimento é de 1,7 trilhão. O BNH, conforme disse o Jair, gastou, desde o início do trabalho 2 trilhões e 40 bilhões. Pretendemos fazer mais do que 50%.

(1) Alguns autores, como W.R. Thompson, acreditam que o "efeito filtração" tem também influências positivas na redução dos preços e nos aluguéis das "habitações precárias". Outros, como H.H. Harms, não acreditam nesses reflexos.

(2) Apesar de proibida pela legislação vigente no DF muitos mutuários ao receberem suas habitações, promovem a construção de uma nova residência no fundo do terreno. Esta alternativa é tida por muitos técnicos como inconveniente porque sobrecarrega a infra-estrutura local. Entretanto, na prática ela tem se revelado muito eficaz: reforça o orçamento do usuário e coloca no mercado mais uma unidade residencial para aluguel servida por infra-estrutura.

(*) Os projetos urbanos desses assentamentos não foram desenvolvidos pelo GEPAFI.

(3) Do total apontado nas inscrições, cerca de 65.329 famílias são candidatas aos programas do Planhap; 36.398 famílias estão inscritas no Pronhasp (antigo Programa Instituto), destinado a servidores públicos do GDF e do Governo Federal; e cerca de 11.135 são famílias moradoras em invasões.

Para 86, são previstos a construção de 10.156 unidades habitacionais; em 87, 8.464 habitações; e em 88, também 8.464.

A programação da SHIS deverá integrar a política habitacional a ser formulada pelo Grupo Consultivo de Política Habitacional.

Documento a que se refere o sr. Luís Fernando Morais da Silva em seu discurso:

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Iná Elias de — Conjunto Habitacional, Ampliando a Controvérsia Sobre a Remoção de Favelas — in *Revista de Ciências Sociais*, vol. 26 nº 2, 1983.
- COSTA, Lúcio — “Relatório do Plano Piloto de Brasília” — in “Anais do I Seminário de Estudos Urbanos de Brasília — 1974”.
- HARMS, Hans H. — “El Problema de La Vivenda para Las Personas de Escasos Recursos” — in “Libertad para Construir” — Coordinación J.F.C Turner e R. Fichter — Siglo Veintiuno Editores — México, Espanha e Argentina — 1976.
- MANDELL, Paul Irving — Problemas no Setor Habitacional e a Política Científica — UnB — xerox 1985.
- MERA, Adina — “O Planejamento da Habitação” — in “Leitura do Planejamento Urbano” — IBAM — Rio de Janeiro — 1965.
- LINHARES, Cícero — “A Política Habitacional do Brasil — UnB Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano — Brasília/DF — 1976.
- RIBEIRO, Gustavo Lins — “Arqueologia de uma Cidade” — in *Boletim do Instituto de Arquitetura e Urbanismo* — UnB Brasília/DF — mimeografado — 1981.
- RUIZ, João Álvaro — “Metodologia Científica — ATLAS — São Paulo — 1980.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira — Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiros — xerox — 1979.
- SECRETARIA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL — “Manual de Organização Administrativa” — Mimeografado — 1976.
- SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA — “FICAM: Medidas de Implementação” — AS — Unidade de Estudos e Projetos — Mimeografado — Brasília/DF.
- THOMPSON, W. R. — “Um Prefácio de La Economía Urbana” — Editorial Gustavo Gili — SA Barcelona — Espanha.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Peço que cada um anote as partes mais relevantes da exposição para fazerem perguntas, porque o assunto realmente é quente, é do momento.

Convido a Dra. Sueli Franco Gonzales, professora do Departamento de Arquitetura da UnB, para proferir a sua palestra.

A SR. SUELI FRANCO GONZALES — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senhores, mais uma vez eu me vejo diante de um público para tratar do assunto de política habitacional ou do problema habitacional do Distrito Federal.

Em geral, temos encontrado os grupos mais variados e tratando desse assunto; isso já tem ocorrido, no passar dos anos, muitas vezes, e cada vez mais, e hoje, particularmente, pela excepcionalidade do local que estamos, no Legislativo, a expectativa é sempre cada vez maior para que saíamos da falação, da coisa escrita, da coisa falada, e a expectativa é sempre boa quando vamos parar de falar e vamos começar a ver alguma coisa ou a fazer alguma coisa.

Então, é nesse sentido que eu trouxe algumas colocações que me parecem importantes, isto é, são

colocações ao nível do encaminhamento prático, que seria, vamos dizer, a preocupação maior no momento, uma preocupação, inclusive, ligada ao tamanho do problema que temos hoje no Distrito Federal. Esse tamanho, segundo consta, traduz-se numa quantidade, num déficit de 100 a 150 mil unidades residenciais dentro do Distrito Federal. E não se traduz só em número, mas cada vez que abrimos os ramais, que ligamos a televisão, que andamos pelas cidades satélites, que sabemos notícias, e da dramaticidade dessa questão habitacional dentro do Distrito Federal. Só em Taguatinga e Ceilândia, o dado que temos, além das notícias, é de mais de 90 mil famílias habitando umas com as outras, isto é, mais de uma família em uma unidade residencial. Há setores hoje em Taguatinga que se registra uma média de quatro famílias por lote, em média.

Tudo isto está associado, também, a um dado que me parece que é bom que conheçamos. É um dado um pouco antigo, já que é do censo de 70 a 80. Na medida que temos dentro do DF um crescimento demográfico enorme, sempre bem maior do que nas outras unidades brasileiras, que foi da ordem de 118%, na década, no Distrito Federal, se desdobramos esse dado, no Plano Piloto, só cresceu 49%, na década, desses 118%, enquanto nas cidades satélites cresceu quase 200%. O crescimento foi de quase 200%. E pior, ainda, na área de Luziânia, isto é, nas áreas onde a população que não consegue morar no Distrito Federal, embora esteja comprometida com o trabalho dentro do Distrito Federal, que não consegue morar aqui, que mora no caminho para Luziânia, que mora em Brasília, mora até em Santo Antônio do Descoberto, os dados do crescimento dessas áreas, na década de 70/80, são impressionantes. Temos 709%, em Luziânia; temos 1.467%, em Planaltina de Goiás, em crescimento na década; e temos 2.230%, de crescimento em Santo Antônio do Descoberto. Bom, grande parte dessa população é população periférica do Distrito Federal, é população comprometida com o trabalho dentro do Distrito Federal. Então, o déficit habitacional que nós falamos que ia de 100 a 150 mil unidades residenciais dentro do Distrito Federal, se somaria mais essa outra grande questão que é a de que o Distrito Federal teria obrigação de oferecer moradia para as pessoas que estão trabalhando dentro da sua área e que atualmente estão morando fora do Distrito Federal. Isso implica em dizer que o déficit é muito maior do que de 100 ou 150 mil.

O que nós temos em termos de política habitacional, em termos de maneiras e formas práticas de enfrentar esta questão? O que se teve até hoje? Teve-se uma política extremamente tímida, para não dizer uma política incapaz de enfrentar esta questão. Como é que se dá isso na prática em termos críticos? Nós temos, no Distrito Federal, uma vantagem excepcional sobre qualquer outra cidade brasileira, isto é, o Governo do Distrito Federal tem a posse do solo, quer dizer, tem a posse de um dos meios principais da produção habitacional. Mas, o que ele faz com este solo? Ele segura esse solo mais do que qualquer outro especulador e, quando o libera, e o faz exclusivamente de uma única maneira. Se a gente apelar um pouco aí para a lembrança — os moradores do Distrito Federal — eu pergunto se teve alguma forma diferente de uma única e exclusiva maneira de se liberar o solo para residência no Distrito Federal, isto é, conjuntos residenciais, e essas licitações que a TERRACAP faz de vez em quando de algumas unidades? A rigor, é uma fórmula única nesses 20 anos de Brasília, que começa a dar a impressão, cria até um efeito que eu diria quase que cultural, pois a gente se acostuma tanto com esta forma de só liberar áreas residenciais através de conjuntos habitacionais, que começa a aparecer que não existe nenhuma outra alternativa. A gente é levada até a esquecer como crescem as outras cidades brasileiras, que não crescem por conta de conjuntos habitacionais.

Então, são sempre arrancos de oferta de áreas residenciais por conta de conjuntos residenciais, e sempre fora dos perímetros urbanos. Esta é a característica principal. Por outro lado, a produção residencial, também vinculada a esta forma de liberação de áreas em grandes momentos — em momentos estáticos, a gente poderia dizer — é liberada sempre por conta de uma produção também exclusivamente de um tipo: conjuntos residenciais.

Desta forma o que aconteceu? As cidades satélites cresceram basicamente e surgiram esses conjuntos todos; por conta dos conjuntos, surgiu o Guará, surgiu todo o aumento de Taguatinga na L Norte, na M Norte, na Ceilândia, no P Sul etc. Cada um desses lugares foram momentos em que surgiram conjuntos residenciais, e cada um, à medida em que o tempo passou de pior qualidade, em termos de área, em termos de qualidade construtiva. Assim, a gente tem uma política — não sei se poderia chamar isto de política, ou de uma forma viadíssima — de oferta ou de produção habitacional no Distrito Federal. Por outro lado, para tratar desse problema o Distrito Federal tem condições favoráveis. A primeira pergunta que a gente coloca é por que essas condições não são aproveitadas, ou bem aproveitadas? Uma delas é o potencial da terra urbana. Mas essa terra urbana, a grande área extra-urbana deverá se transformar numa área urbana. E eu me pergunto por que que não se aproveitam as áreas vazias dentro das áreas urbanas? Nem estou me referindo a plano-piloto que é o filé mignon, mas trouxe até um desenho aqui, que não sei se será enxergado a distância, mostrando por exemplo, Taguatinga e Ceilândia.

Todas essas áreas riscadinhas são grandes áreas vazias dentro do perímetro urbano da cidade. Fora essas áreas vazias em Taguatinga e Ceilândia, existe uma infinidade de áreas que nós chamamos “intersticiais”, áreas de uso indefinido. Então, o solo dentro dos perímetros urbanos das cidades-satélites e do plano-piloto é passível de preenchimento. Não é necessário que a gente tenha essa dificuldade que sempre colocada, cada vez que se precisa de fazer uma expansão urbana é preciso ver a infraestrutura, é preciso uma série de gastos que, de uma certa forma, são colocados como em empecilho ao aumento dessas áreas. Fora as áreas vazias dentro dos perímetros urbanos, temos áreas potencialmente densificáveis. Eu sei que existe uma polémica muito grande dessas questões em torno do plano-piloto, e as cidade-satélites? Temos feito estudos na Universidade em cima de Taguatinga e Ceilândia que têm, atualmente, 4 patamares de população em cima do loteamento original, sobreocupando essa área, e é perfeitamente possível se desenvolver, nessa mesma área onde é hoje Taguatinga, Ceilândia, esses 4 patamares em habitações adequadas densificando essas cidades, ocupando seus vazios e aproveitando, nessa densificação, toda uma infra-estrutura já disponível. São aspectos que a gente poderia dizer quase que técnicos, que demandam o quê? Uma solução técnica por si só resolve os problemas, ela apenas apresenta para que a decisão política assuma alternativas técnicas que a gente possa jogar — essa seria uma delas. Todas elas são alternativas vinculadas ou à liberação de solo ou a uma intervenção nas condições do próprio processo de construção, que eu falei ser um processo muito simplista: só se pensa em construir no Distrito Federal através de conjuntos residenciais, ou só se pensou até hoje. Isso descarta toda uma possibilidade.

Ontem mesmo, a televisão mostrou os inquilinos da Ceilândia, por exemplo, reivindicando: “por favor, deem que nós façamos nossos barracos. Eu pergunto: que mistério existe por aí, que impede que exista uma decisão política que diga façam seus barracos, a terra está aí”. Isso gera uma espécie daqueles pesadelos que a gente tem e não sabe porque acontece, e nem porque deixa de acontecer, é uma questão de decisão política e eu não vejo onde esteja a complicação dessa decisão, já que o plano-piloto foi até hoje preservado de invasões, e outras coisas que possa deixá-lo mais feio ou menos bonito. Mas, as cidades-satélites, eu pergunto por que não podem ter barracos? Elas estão cheias de barracos. Por que não pode haver novos barracos? Por que nosso País não assume a sua própria pobreza, em termos da forma como a cidade se apresenta? E por que, por outro lado, não se faz um esforço para diversificar as formas de melhorar esta situação, através de diversificação de formas de organização e formas de construir diferenciadas?

Entrou uma outra moda aí: que é a do conjunto residencial entrou um pouco na berlinda e, agora, entrou o mutirão. Tudo bem! Não vou discutir o mutirão aqui, agora, mas é uma outra forma de se organizar para produzir habitações. Existem milhares de outras formas que podem aparecer por aí, assim como também existem

muitas formas de se construir barato, diferentes dessa construção que reduz cada vez mais a área das construções, que descasca a casa, deixa a casa descascada.

São soluções extremamente simplistas e primárias. Duas soluções que se apresentam neste País constantemente — não é de hoje, isso — casa popular é a casa de área mínima; área mínima de 60 metros quadrados há cerca 20 anos, atualmente, aqui em Brasília, já é de 18 m² a chamada "casa embrião". Ou, então, uma outra alternativa inteligentíssima que surgiu de uns tempos para cá, que é a casa inacabada, quer dizer, a casa de tijolo furado e um telhado. Ontem apareceu, também na televisão, umas casas que o vento foi destelhando, e o nosso Secretário de Obras Públicas visitando. Será que a nossa tecnologia só consegue chegar até aí? Não consegue discutir todas as possibilidades que nós temos de produzir coisas de boa qualidade com baixo custo? Nós estivemos, numa época, discutindo — porque o pessoal técnico sonha muito, na Universidade nós sonhamos mais ainda, e começamos a inventar coisas que nunca acontecem — conversamos com o pessoal técnico da Administração Regional de Planaltina e quase conseguimos engatilhar um trabalho, onde utilizávamos esses recursos na produção habitacional, de uma forma diversificada e possível de produzir com boa qualidade e baixo custo. Era simplesmente um engajamento da Administração Regional, trazendo, em forma de subsídio, assistência técnica para a produção das habitações de Planaltina. Aí tem também uma outra questão: é que, inclusive na nossa área profissional de arquitetura e de engenharia, existe uma "caridade" que é não exigir a responsabilidade técnica para as habitações com menos de 68 m² no Distrito Federal. Isso significa que está liberada de assistência técnica, 90% da construção habitacional e significa, também, uma possibilidade a mais dessas habitações terem má qualidade.

Quando falamos em subsídio-habitação aqui no Distrito Federal, ele pode ser através do solo e pode haver um subsídio também através de assistência técnica, com a entrada de técnicos, com a entrada de tecnologia através da Administração Regional, por exemplo. É o engajamento de determinados técnicos para acompanhar, para projetar as habitações.

Uma outra questão é a organizativa. O mutirão é uma forma de organização, mas existem milhares de outras formas de associação que devem ser deixadas à vontade. Se uma pessoa, isoladamente, quer construir a sua casa, ela deverá ter condições para isso. Se ela não quer financiamento do Sistema Financeiro de Habitação, ela deve ser livre de não querer financiamento, e não vai ser por isso que ela não vai ter uma área liberada de chão para fazer a sua habitação.

O meu objetivo era jogar um pouco essas coisas aqui para discutirmos, no sentido de duas questões principais: o que falta realmente é uma decisão política em cima de uma certa complexidade que o problema demanda, para que abandonemos um pouco todos esses primarismos que até hoje envolveram as políticas habitacionais que nós tivemos aqui no Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Ouviremos, agora, o Dr. Manoel Augusto de Almeida, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Brasília.

O SR. MANOEL AUGUSTO DE ALMEIDA — Sr. Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Mauro Borges, Srs. Expositores, minhas Sras., meus Srs.:

Brasília nunca teve um verdadeiro planejamento habitacional. Criou-se a cidade, para administrar o País e, em função da transferência dos Poderes da República e da fixação dos núcleos avançados de alguns de seus órgãos considerados indispensáveis para o início de seu funcionamento, foram sendo construídas algumas unidades habitacionais em diversas superquadras. À medida que novos órgãos iam sendo transferidos, novas unidades habitacionais iam sendo construídas. A par disso, a então Fundação da Casa Popular e a Caixa Econômica encarregaram-se de levantar moradias nas quadras 700 da Asa Sul para os funcionários da NOVACAP e conexos.

Tudo foi feito, no entanto, por pressão de necessidades emergentes e não de acordo com um plano racional e

ordenado. As próprias cidades-satélites, que Lúcio Costa previa como necessárias para o final deste século, começaram a surgir mesmo antes de inaugurada a cidade, a 21 de abril de 1960. Seu surgimento tornou-se imperioso, pois urgia abrigar os candangos que para aqui se deslocaram para construir a nova Capital.

Um quarto de século depois desta inaugurada, a falta de planejamento persiste. Com a área da Asa Sul já praticamente ocupada e com a Asa Norte em parte construída, o déficit habitacional em Brasília é elevadíssimo, como se pode aferir pelo alto preço dos aluguéis. Como a procura é maior que a oferta, os preços sobem a patamares proibitivos para uma expressiva maioria da população brasiliense.

Como sempre, a classe média-baixa e as classes de menor renda são as mais sacrificadas por essa situação. A classe média-alta e os suficientemente endinheirados têm, com maior ou menor sacrifício, as Penínsulas Norte e Sul à sua disposição. Mas as demais são premidas por um problema dos mais cruciais. Enquanto uma parcela vê defasado-se, substancialmente, seus proventos no pagamento dos aluguéis, outra, bem maior, vive em condições subumanas.

A tais condições a levou uma política habitacional improvisada, onde a demagogia vem entrando como elemento de destaque. Exemplo flagrante disso é o que ocorreu na Candangolândia. Uma área nobre, próxima ao lago, foi transformada numa favela de falsa alvenaria. O que ali se fez, mais que um erro foi uma punhalada no bom senso. Nada há ali que justifique o nome de construção. Nada se construiu que mereça o nome de residência, embora humilde. Levantaram-se barracos de alvenaria que não resistem a ventos um pouco mais fortes. E, no momento em que o Lago preocupa por seu já alto grau de poluição, exigindo vultosos investimentos para salvá-lo e salvar a cidade da inabitabilidade, nenhuma obra de infra-estrutura foi realizada ou sequer planejada para evitar mais uma fonte poluidora. De outras providências de estrutura humano-habitacional também não há notícia.

Devo fazer aqui um parêntesis. Quando escrevi isso, eu não tinha notícias, e ontem à noite eu vi pela televisão que talvez por essas chuvas que ocorreram, se não me engano, mais de 10 casas tiveram os seus telhados arrancados lá na Candangolândia, e o nosso Governador, ontem, ao fazer uma visita, declarou que será agora executado — e ele vai desviar os recursos — a rede de águas pluviais.

Anuncia-se também que a Favela do Paranoá vai ser objeto de providência semelhante. Nela, segundo cálculos, estão sediadas cerca de 20 mil famílias. Se tal assentamento ocorrer, da maneira como foi feito na Candangolândia, Brasília será vítima de um desastre de consequências imprevisíveis. Ainda há tempo de repensar o assunto e de se planejar um núcleo urbano de, pelo menos, simples decência.

A falta de habitação já é, de si, um problema social dos mais graves. Mas a falta de uma política habitacional reflete-se diretamente na crise que, há alguns anos, avassala a indústria da construção civil. O desemprego e a conseqüente marginalidade, tanto de adultos como a de menores, são duas das conseqüências mais desastrosas.

Como se sabe, a indústria da construção é o setor que mais emprega mão-de-obra não qualificada depois da agricultura e apresenta um alto valor adicionado. Segundo recente estudo setorial é que nós foi remetido há dias pelo Banco de Boston, cada emprego na construção civil cria mais três na economia, pois é ela quem sustenta as indústrias cimenteiras e cerâmicas na sua totalidade e, em menor escala, inúmeras outras, como as de vidros, de siderurgia, de tintas, de materiais elétricos, de madeiras, etc. Gera, ainda, segundo o mesmo estudo, o maior emprego em relação ao investimento, pois, com o mesmo montante, ela cria 57 vezes mais que a indústria automobilística e 15 vezes mais que o setor moveleiro.

A crise que, a partir de 1982, afetou a indústria da construção, de um modo geral, em todo o País, fez-se sentir, mais pesadamente em Brasília. Na Capital da República, ela já vinha sofrendo acentuado declínio desde quando a Asa Sul teve praticamente esgotadas suas áreas

e a Asa Norte foi permanecendo com suas superquadras ociosas em poder de órgãos públicos.

Para se ter uma idéia da crise brasiliense, é conveniente atentar para dados da CODEPLAN, segundo os quais houve, em abril/junho de 1985/1984 — no mesmo período — uma retração de aproximadamente 20% no volume de obras em andamento na construção civil, o que levou a uma queda de 7,1% no volume de emprego no setor.

No primeiro semestre deste ano, a média mensal das obras em andamento foi 22,3% menor que a de igual período do ano passado. Já as incidências de novas obras foram reduzidas em 13,9%. A queda atinge, por igual, o volume de obras concluídas, atingindo 17,4%.

Importante ainda é o dado segundo o qual, ao fim do primeiro semestre do corrente ano, computou-se um total de 382,8 mil m² de obras licenciadas e ainda não iniciadas.

Isso se reflete, evidentemente, nos níveis de emprego. O volume de mão-de-obra absorvido pela indústria da construção civil no Distrito Federal, calculado a partir do estoque de obras em andamento, indica que, no primeiro trimestre do corrente ano, a média mensal de operários (20,5 mil), caiu 11,6% em relação a igual período do ano passado, quando se havia registrado a média de 23,2 mil trabalhadores.

A agravar o problema, há a circunstância de Brasília continuar ostentando um elevado crescimento populacional, que requer um crescente número de habitações de todos os tipos. Urge, pois, o estabelecimento de um planejamento habitacional criterioso, que leve em conta tanto a ocupação das áreas ociosas dentro do Plano Piloto, como a demarcação de outras. A Professora Sueli citou o exemplo de Taguatinga mas existe, também, em outras cidades satélites, dentro do perímetro, áreas que poderiam ser utilizadas.

Segundo se anuncia, algumas destas já estão sendo pensadas. Mas, pelo que se depreende do noticiário, o fator habitacional entre, apenas, como subproduto. A ocupação dos espaços à margem de vias que levam às cidades-satélites têm por objetivos primeiros a fixação, nas proximidades do Plano Piloto, das classes de renda mais baixa e o barateamento do transporte para os grandes núcleos populacionais periféricos.

A proposta de Lúcio Costa, oriunda de seu louvável humanismo, merece, naturalmente, a devida atenção e consideração. Mas a questão social tem de ser analisada por seus múltiplos ângulos, mesmo porque ela está intimamente ligada à econômica e à financeira. Se deve levar-se em conta o barateamento dos transportes, não se pode ignorar que essas áreas, se devidamente planejadas para não se transformarem em meras favelas, há que ser dotadas de infra-estrutura urbana: redes de água, de esgotos sanitários e pluviais, de energia, de telefones e de arruamento asfáltico. E ainda há que se atentar para o fato de que a densidade populacional à margem das estradas-parque vai congestioná-las de veículos, exigindo, a curto prazo, sua duplicação ou triplicação.

E voltamos ao ponto inicial desta despretenciosa explanação: urge a implantação de um plano habitacional para Brasília, que contemple, por escalas de necessidade e de urgência social, as diversas classes, levando-se na devida conta o uso e aproveitamento das áreas mais apropriadas.

Para as classes de baixa renda ou de rendas modestas, que os últimos anos revelaram incapazes de adquirir imóveis (ou que, já tendo adquirido, foram causa de alta inadimplência) há que se encontrar um meio de as suprir mediante uma construção subsidiada, advindo os subsídios, talvez, com as idéias aqui apresentadas pela Professora Sueli, também de taxas mais elevadas impostas às classes de maior renda.

Outra forma de baratear os custos de construção, seria a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, da fábrica de placas de argamassa armada — que ele está instalando, destinadas à multiplicação de escolas, para o erguimento de casas populares. O Governo de Goiás está utilizando esse sistema que, aliado ao recurso do mutirão, está alcançando amplo sucesso, pois resultam em núcleos habitacionais de perfeita decência social.

É lógico que o planejamento para o setor não depende, única e exclusivamente, do Governo do Distrito Federal, pois está ligado à política habitacional do País,

comandada pelo BNH. E são patentes as dificuldades que este órgão vem atravessando.

Além disso, os custos da construção são gravados por altas anormais e exageradas nos preços dos materiais básicos. O Sindicato da Indústria da Construção Civil de Brasília tem denunciado, pela imprensa e diretamente junto às autoridades, essa anomalia, sobretudo no tocante à indústria cimenteira que, composta em cartel e usando de subterfúgios até ilegais, dita os preços que bem entende, e já se está conseguindo adeptos de outros equipamentos e materiais — elevadores, hoje, já está formando cartéis, o vidro já formou e, por aí afora já estão surgindo muitos outros. Para finalizar e não abusar por mais tempo da paciência dos Senhores, quero externar minha convicção de que, se se implantar uma política habitacional consonante com as necessidades de Brasília, não só esse problema como muitos outros que afligem a cidade, como a do desemprego, mediante a ativação da construção civil, serão efervidamente sanados. Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Ouviremos, agora, o último Expositor — o Dr. Aress Assreuy — Presidente do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis que falará sobre o problema com um enfoque naturalmente diferente, cada um procura um ângulo.

Com a palavra, portanto, o Dr. Aress Assreuy.

O SR. ARESS ASSREUY — Nobre Senador Mauro Borges, digníssimo Presidente da Comissão do Distrito Federal, Srs. Expositores, Srs. Representantes da Imprensa, minhas Srs., meus Srs.:

A implantação da Capital da República no Planalto Central, em 1960, proporcionou o surgimento de um pólo de atração de correntes migratórias regionais, tornando-a na década de setenta no maior aglomerado urbano do Centro-Oeste brasileiro.

A transferência da Capital Federal para uma região até então praticamente desabitada, onde prevaleciam as atividades de economia de subsistência, trouxe para o Planalto Central uma população de elevado padrão de consumo de bens e serviços, constituída de funcionários públicos dos diversos escalões da administração federal e representantes do Corpo Diplomático. Todo esse pessoal, somado à população já existente que para aqui veio para a construção da Nova Capital, provocou grande impacto econômico e profundas modificações sociais no panorama da região.

A convergência de todo o Sistema Rodoviário Nacional para Brasília, por outro lado, viabilizou a afluência de grande contingente humano para a Capital Federal, além da pressão exercida pela Região circunvizinha sobre os equipamentos locais, gerou grande fluxo migratório e criou excedentes de mão-de-obra sem possibilidade de absorção nas atividades produtivas locais.

BRASÍLIA: EVOLUÇÃO RECENTE

O crescimento demográfico do Distrito Federal, embora tenha diminuído de intensidade nos últimos anos, ainda apresenta taxa bastante elevada (5,8% aa). Este fato exige das autoridades governamentais um grande esforço para atender às diversas aspirações e necessidades deste contingente populacional. Dessas aspirações e necessidades entre outras podem ser destacadas: habitação, emprego, escola, lazer, assistência à saúde, educação, etc.

Dado o perfil jovem da população local, os cálculos iniciais indicam que ingressam a cada ano mais de 30.000 pessoas no mercado de trabalho do Distrito Federal na procura do primeiro emprego. Esse número é bastante significativo para as atividades produtivas, exigindo um esforço gigantesco do sistema econômico local para atender a essa demanda de emprego, quadro agravado ainda mais numa situação de recessão econômica prolongada em todo o país, e também no Distrito Federal, onde já se registra um grande número de desempregados e subempregados.

Observa-se que a consolidação de Brasília como Capital da República, no período de 75/79, trouxe como consequência a queda do ritmo do volume de construção, liberando significativa parcela da mão-de-obra migrante — em sua grande maioria não-qualificada — e que hoje

constitui o explosivo setor informal da economia local (biscateiros, ambulantes, etc.), residindo em grande parte, em habitações subumanas, além de comprometer os núcleos urbanos, através do acelerado processo de expansão e surgimento de invasões no Distrito Federal.

O Governo do Distrito Federal, atento à preservação da Capital da República e, especialmente do Plano Piloto, já delimitou o seu território, através do PEOT — Plano Estrutural de Organização Territorial. Esse plano classificou o espaço do Distrito Federal em cinco categorias de áreas, cujo objetivo é orientar a ação sobre ele, de uma forma sistemática e que se resume em:

- Áreas de preservação (Plano Piloto e adjacências);
- Áreas de valorização e dinamização (cidades satélites, conforme suas características);
- Áreas de expansão (eixo Taguatinga, Ceilândia e Gama);
- Áreas rurais, e
- Áreas de conservação do meio ambiente natural.

Vale ressaltar que em razão do dinamismo da Capital da República, devem ser reexaminados os parâmetros que determinam o mencionado plano, verificando-se se as suas recomendações ainda se aplicam à realidade atual.

A ECONOMIA LOCAL

Do ponto de vista de absorção de grande contingente de mão-de-obra junto aos setores produtivos locais, são as seguintes as perspectivas:

Setor Primário: a agropecuária no Distrito Federal, do ponto de vista de sua dimensão, é absolutamente insignificante, e que aliada à alta tecnologia utilizada, especialmente em culturas de exportação, absorve apenas 2% da População Economicamente Ativa — Ocupada Local, sem possibilidades de alteração desse quadro, em função também da exilidade de seu espaço geográfico.

O Setor Terciário, pela sua capacidade de absorção de mão-de-obra no mercado de trabalho formal e informal, passa a ser aquele que mais reflete os desequilíbrios setoriais e regionais da economia.

Vale ressaltar que as atividades terciárias historicamente não criam efeitos dinâmicos na economia, pois a sua expansão está diretamente relacionada com as funções econômicas exercidas pelas cidades, isto é, o dinamismo dos setores produtivos primários e secundários.

No Distrito Federal, segundo o IBGE, o setor terciário, em 1983; absorvia cerca de 83,0% da População Economicamente Ativa Ocupada. A atividade de prestação de serviços, com 30%, portanto a mais representativa, é também a que agrega a maior parcela de pessoas do mercado informal (ambulantes, biscateiros, etc.). A Administração Pública, a segunda na ordem de representatividade, com 19% da PEA-Ocupada, vem ao longo do tempo diminuindo sua importância relativa, em decorrência de as atividades governamentais já estarem praticamente consolidadas, mantendo-se apenas o crescimento vegetativo.

Os outros dois segmentos do setor terciário que detêm um certo grau de participação no total da PEA-Ocupada são "Comércio de Mercadorias" e "Atividades Sociais", ambos com 12,0% de ocupação de mão-de-obra, pouco podem contribuir. "Comércio de Mercadorias", por força do processo recessivo ao longo desses últimos quatro anos vem registrando quedas sucessivas em seu desempenho, não conseguindo sequer manter o nível de atividades. Já "Atividades Sociais" que corresponde basicamente à prestação de serviços educacionais e hospitalares, e que, no caso do Distrito Federal, o maior empregador nessas atividades é o próprio Governo, também vem-se estabilizando nos últimos anos.

O setor secundário do Distrito Federal apresenta um perfil idêntico aos Municípios do Planalto Central, onde prevalecem micro, mini e pequenas unidades industriais, tipo familiar; outros fatores relevantes a serem observados são os baixos índices de capitalização dessas empresas; não vinculação às atividades de produção de insumos ou de bens de capital, e não prestação de serviços para as chamadas indústrias polarizadoras ou de "alavancagem industrial".

As indústrias aqui existentes constituem-se basicamente de três categorias: indústrias vinculadas à construção

civil, indústrias direcionadas para o consumo da população e, por último, aquelas voltadas para o consumo do governo.

Quanto à ocupação de mão-de-obra pelo setor secundário, também segundo o IBGE, em 1983 este segmento da economia abrigava em todos os seus ramos de atividades apenas 15% da População Economicamente Ativa-Ocupada.

A construção civil participa com 8%, inclusive o pessoal técnico e administrativo, além de serviços de conservação e reparos, ajardinamento, instalação de meio-fio, etc. Considerando-se apenas o operariado não qualificado, essa participação cai significativamente (4,5%). Essa participação reduzida — que pode ser alargada, decorre de certa forma, da diminuição das atividades na área de construção, seja pelo processo recessivo que atinge também a economia local, seja pela inexistência de lotes para construir.

O segmento Indústria de Transformação no Distrito Federal que deveria ter um considerável grau de absorção de mão-de-obra a nível local, tem o seu perfil idêntico aos Municípios do Planalto Central, onde as atividades industriais existentes são constituídas basicamente de pequenas unidades chamadas "Tradicionais". Desta forma, a sua participação é relativamente diminuta, quando comparada com os demais segmentos geradores de ocupação da mão-de-obra. Isto decorre, em parte, porque o Distrito Federal não possui um parque industrial dinâmico. As indústrias aqui estabelecidas têm pouca participação no abastecimento do mercado local. O consumo brasileiro fica, portanto, à mercê da produção de outras regiões, que é onerada pelos custos de transporte, contribuindo, assim, para a elevação dos preços na Capital da República.

A indústria de transformação, obedecendo a uma tipologia industrial adequada ao DF que não comprometa o seu espaço físico, o meio ambiente e as funções precípua de cidade-capital é o ramo de atividade que detém possibilidade de absorver considerável parcela da mão-de-obra local.

DEMANDA HABITACIONAL

O crescente déficit habitacional existente no Distrito Federal é causado pela incapacidade do sistema de produção de habitações em atender aos diferentes segmentos da sociedade, a nível local, bem como em suprir a procura de imóveis por pessoas que migram para Brasília, espontaneamente ou de forma induzida, como se verifica atualmente na instalação da Nova República.

Estimativas preliminares indicavam em 1984, a existência de um déficit de 100.000 unidades habitacionais. Este déficit inclui os lotes sobreocupados (mais de um residência por lote), invasões e acampamentos. Vale ressaltar que nessa mesma época, só no Plano Piloto, inclusive Lago e Setor de Mansões, havia uma capacidade de abrigar-se cerca de 15.000 famílias, isto sem se considerar os respectivos níveis de renda.

Nas Cidades Satélites, também há considerável número de lotes vagos, ao lado de alta densidade de utilização de terrenos, causada pela sua sobreocupação.

Considere-se, também, que nos últimos dois anos foi intensificado o processo de assentamento de populações carentes, através do Programa de Assentamento Populacional de Emergência — PAPE, além de pequenas expansões da malha urbana destinadas à população de maior poder aquisitivo (criação de novos conjuntos no Lago Sul e do Setor de Mansões em Taguatinga).

Destacam-se ainda os novos núcleos habitacionais, em fase de infra-estrutura, SAMAMBAIA — com capacidade prevista para abrigar 60.000 famílias e CIDASP — que acomodaria os funcionários públicos de média e baixa renda.

Registra-se, finalmente, a existência de grande quantidade de imóveis edificados pelo SFH, principalmente em Taguatinga, que em função do desnível entre seu custo e o poder aquisitivo dos interessados, não deixou condições de serem absorvidos pelo mercado.

Considerar, também, que o maior aglomerado urbano do Distrito Federal — a cidade satélite de Ceilândia — é resultado de transferências de invasões, e que hoje, mesmo com sua população quintuplicada, sequer atenuou o

problema dos assentamentos irregulares. Pelo contrário, o Distrito Federal tem registrado a cada ano um número considerável de invasões.

Além do fluxo migratório, a falta de oportunidade de emprego, tem contribuído para que o uso da posse do lote, no caso das invasões, e do ágio, no caso dos núcleos habitacionais, funcionem, de fato, como condição de sobrevivência, através de sucessivas transferências.

A complexidade do problema habitacional no Distrito Federal exige um conhecimento mais aprofundado de suas dimensões e implicações, vez que, a busca ao atendimento à demanda por habitações no Distrito Federal, além de melhorar a qualidade de vida de suas populações, propiciará o incremento das atividades da construção civil e seus efeitos multiplicadores.

Neste particular, Brasília que já chegou a ocupar mais de 47.000 operários na construção civil (1973), em dezembro de 1984 registrou 19.500 operários trabalhando nesse setor, queda que vem se verificando mais acentuadamente a partir de 1981, com pequenas oscilações.

A retomada do processo de dinamização da construção civil no Distrito Federal é, portanto, uma necessidade urgente, seja pela carência de habitações seja pela impossibilidade de se adiar ações que visem a geração de empregos, especialmente para mão-de-obra não-qualificada.

A atividade da construção civil, face à sua suscetibilidade às crises conjunturais, deve, no entanto, obedecer da forma mais rígida possível, no que respeita às construções públicas, um cronograma pré-estabelecido, incluindo as obras de responsabilidade dos órgãos federais, a fim de que sejam evitados novos piques de construção, ocasionando maior fluxo migratório dos preços de material de construção, entre outros efeitos negativos.

ESTRATÉGIAS GERAIS

— Considerar o conflito básico e relevante que reside na dupla função de Brasília: Brasília enquanto Capital Federal — que recebe, trata e analisa informações, e, posteriormente, retransmite as decisões — e, Brasília enquanto Pólo Regional — que corresponde ao papel de Brasília dentro do contexto do Centro-Oeste;

— Fomentar maior integração intergovernamental do Distrito Federal com os Estados de Goiás, Minas Gerais, objetivando ações conjuntas que aumentem as ofertas de serviços e emprego no Distrito Federal e no seu Entorno, tendo em vista que os problemas locais mais relevantes têm origem fora do Distrito Federal;

— A política habitacional deve estar em perfeita sintonia com as diretrizes dos governos federais e local no que diz respeito à geração de emprego e a conseqüente geração da renda. É praticamente impossível eliminar o déficit habitacional sem se considerar o problema do emprego da população. Estudos têm demonstrado que as pessoas migram em primeiro lugar, em busca de emprego e, em segundo lugar, à procura dos chamados serviços urbanos (educação, saúde e habitação, etc.).

ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS

— Conscientizar-se de que o Distrito Federal tem uma demanda habitacional, atípica e acentuada — com licença do nobre expositor Luiz Fernando, que entende que ela é idêntica às do resto do Brasil — isto é, além das necessidades locais, o Distrito Federal deveria suprir também a procura por imóvel oriunda do resto do País, através do contínuo processo migratório. Desta forma, o simples atendimento desta pressão de demanda inviabilizaria o Distrito Federal como Capital da República, visto que o espaço geográfico é extremamente exíguo para abrigar os assentamentos requeridos, inclusive com as atividades produtivas necessárias à ocupação das populações, o que remete a solução do problema para um espaço mais amplo, no caso, o Entorno do Distrito Federal.

— Nortear as ações das instituições vinculadas ao problema habitacional (TERRACAP e SHIS) no campo estritamente social, com programas especialmente dirigidos às populações de baixa renda. Estas famílias devem ser assentadas, preferentemente nas áreas invadidas periféricas às cidades satélites, utilizando-se, inclusive, de recursos a fundo perdido do SFH e do sistema de construção através do processo de "mutirões", com infraestrutura mínima (água e luz);

— Centralizar o cadastramento das famílias residentes em invasões e efetuar o levantamento sócio-econômico das mesmas, inclusive retrospectivo, a fim de possibilitar a adoção de critérios transparentes quando do assentamento dessas populações;

— Promover licitações seletivas que abranjam diferentes níveis de renda — e não como se faz hoje onde as licitações são na base de quem paga mais caro; o pobre não tem direito, não tem vez nas licitações que são feitas —, contemplem sistema de preferência que beneficie progressivamente as famílias mais carentes que residam na área de expansão ou próxima a ela, e criar, ao mesmo tempo, mecanismos que atenuem as transferências de propriedade;

— Intensificar o processo de desapropriação de áreas com possibilidades de assentamento populacional e, principalmente, de loteamentos "disfarçados" que vêm desfigurando a malha urbana do Distrito Federal, com conseqüências imprevisíveis, repetida a legalidade dos condomínios;

— Na expansão dos núcleos habitacionais e na implantação de novos assentamentos relevar aspectos do processo de verticalização (APS), em relação ao de horizontalização (casas), tais como: infra-estrutura física, transporte, abastecimento, inalteração do processo de ocupação, proximidade do emprego, etc.

— Antes de implantar novos núcleos habitacionais e respeitados os níveis de renda da população, viabilizar a utilização dos lotes de propriedade do Governo e de particular — estes com taxa progressiva — como forma de atenuar o déficit habitacional do Distrito Federal a um custo praticamente nulo;

— Verificar a possibilidade de criação imediata de núcleos habitacionais com demandas específicas como o caso do SIA e com infra-estrutura disponível e em expansão: o Lago Norte.

— Erradicar favelas localizadas dentro e na periferia do Plano Piloto, tais como as do CEUB, Vila Planalto, etc., reassentando suas famílias em áreas de expansão urbana;

— Racionalizar a utilização dos recursos financeiros disponíveis nos órgãos ligados ao problema habitacional, redirecionando-os para as suas atividades-fins (TERRACAP/85: apenas 23,7% dos recursos para as atividades-fins).

Nós, Sr. Presidente, com muita honra, fazemos parte do grupo de trabalho que foi designado para estudar a reformulação do Sistema Financeiro de Habitação e uma das grandes reivindicações nossas, corretoras de imóveis, uma vez que nos interessa apenas que a comunidade seja bem servida e que hajam imóveis para serem vendidos, não temos interesse que seja dessa ou daquela forma. O sentido da reivindicação nossa é a criação do Ministério da Habitação. Nós entendemos que o homem, como homem, precisa de duas coisas importantes para sobreviver, antes de mais nada: primeiro, a alimentação — e nós não temos no Brasil o Ministério do Abastecimento e, segundo, o a habitação — e nós não temos o Ministério da Habitação.

Existe o Ministério do Desenvolvimento Urbano, e nós pregamos e discutimos que desenvolvimento urbano não é habitação. Habitação é quatro paredes e um telhado; desenvolvimento urbano é uma etapa posterior. Não se pode continuar; com 15 milhões de unidades habitacionais em déficit, crescendo e exigindo anualmente mais 650 unidades habitacionais por ano. Nós não temos condições de ficar esperando o desenvolvimento urbano para construir habitações.

Nós precisamos de um Ministério que seja inteiramente voltado para a habitação, um Ministério que utilize os dinheiros do BNH, que são a caderneta de poupança e o Fundo de Garantia — isto é, dinheiro do público que está em mãos do BNH — exclusivamente na habitação. O dinheiro a ser gasto no desenvolvimento urbano, no saneamento básico, — que é muito importante também, diga-se de passagem — deve ser dinheiro público e não dinheiro do público. Esta tem sido a nossa maior reivindicação na área governamental.

Lamentavelmente, não temos sido ouvidos, mas nós somos, como corretoras de imóveis, os precursores dos caminhos a serem seguidos. Nós antecipamos as tendências que a sociedade vai seguir. Inclusive Brasília inicialmente foi vendida, através dos corretores de imóveis em todo o Brasil. Nós temos uma grande dose de responsa-

bilidade nesta cidade, nesta Capital. E assim sendo, nós estamos pregando a criação do Ministério da Habitação, e esperamos que os nossos homens públicos, dentro de muito pouco tempo, entendam esse ponto de vista nosso e crie esse Ministério, e que a toda esta gente que está aqui hoje preocupada em ter suas casas, não lhes falte o dinheiro necessário para isso. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Meus Srs. e minhas Sras., passaremos agora à etapa do questionamento, do debate.

Pediria a cada um que fizesse uso da palavra, que viesse ao microfone próximo. Se não quiser, pode vir aqui e utilizar este da esquerda ou da direita, também voltado para lá.

Seria interessante que ao fazer a pergunta, indicasse o seu nome, e se exerce alguma tarefa ou algum cargo, também. Podem fazer perguntas espontaneamente. Vou chamar a pessoa inscrita em primeiro lugar; em seguida, poderão fazê-lo, individualmente.

Concedo a palavra ao Sr. José Edmar da Costa, Presidente da Associação de Moradores da QND de Taguatinga.

O SR. JOSÉ EDMAR DA COSTA — Senador Mauro Borges, gostaria de estender um pouco as minhas perguntas, porque acho que estou intrinsicamente ligado a esse problema.

Gostaria de perguntar ao Sr. Senador por que a Comissão do Senado nunca atuou como um órgão legislativo, um órgão da comunidade de Brasília. Qual foi a atitude da Comissão do Senado em termo de acionar o Governo do Distrito Federal para tomar medidas que visassem o problema social em Brasília como um fato? Faço esta pergunta porque, em seguida, vou dar respostas às reivindicações que tenho aqui presentes.

Gostaria de perguntar a V. Exª o seguinte: nós estamos aqui, agora, vendo o Governador José Aparecido novamente continuar a mesma política que era empregada pelos governos anteriores, vendendo lotes em licitação pública na cidade-satélite de Samambaia, política essa empregada erradamente durante todos esses anos. Perguntaria se a Comissão, no caso, não poderia fazer com que o Governador ouvisse a comunidade, ou seja, fizesse de Samambaia uma cidade que viesse a resolver um problema social, e não transformá-la em um outro meio de receita de imóveis, de situação especulativa para o GDF, como é o caso S. Exª está usando Samambaia como receita para o GDF, quando ela deveria ser uma cidade que, dispondo de cerca de 60 mil lotes, resolvesse todos os problemas sociais de uma comunidade carente, o que não está acontecendo. Assim, gostaria de perguntar se esta Comissão tem condições de bloquear essa venda de lotes em Samambaia. Esta é uma das perguntas. Gostaria de estender-me um pouco mais...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Seria bom responder esta primeira; depois, prosseguiremos, senão fica muito comprido.

Devo dizer — e há um engano muito grande, uma falta de conhecimento da realidade — que a Comissão do Distrito Federal é um órgão técnico como há vários outros no Senado. Quando o Senado recebe algo que se refere aos Transportes, à Saúde, à Educação ou ao Distrito Federal, remete o assunto à Comissão qualificada para isso. No caso, os assuntos do Distrito Federal que chegam ao Legislativo, à Casa do Senado, são remetidos para a Comissão do Distrito Federal. Mas ela, absolutamente, não tem poder de ingerência na administração do Distrito Federal, não tem uma tutela sobre a orientação, seria uma atitude descabida, a Comissão do Distrito Federal querer imiscuir-se na orientação política do Governador. O que pode fazer — não é só na Comissão do Distrito Federal, mas em qualquer comissão ou no Plenário do Senado ou da Câmara — uma crítica. Aqui também é Brasil. Esta representação que existe aqui no Congresso é uma representação do Brasil. Sendo aqui um território brasileiro, qualquer Deputado ou Senador pode usar da palavra, pode fazer críticas ou elogios ao Governo.

Veja bem! A Comissão do Distrito Federal não tem nenhum poder especial para intervir. Ela trata especialmente dos problemas ligados ao orçamento, à organização do Governo do Distrito Federal e faz uma fiscalização financeira, através do Tribunal de Contas do Distrito Federal, vinculado ao Senado.

Portanto, o que nós estamos fazendo aqui, com esta reunião, é uma forma de intervenção política, exatamente trazendo problemas, permitindo que você, um jovem interessado nos problemas de Brasília, possa usar da palavra, trazendo para os meios de comunicação, televisão, jornal, a sua palavra de crítica. Isso é muito importante e esta é a contribuição democrática que podemos dar. Mas a orientação do Governo é dele mesmo, ou do Presidente da República, que o nomeia. A nomeação do Governador é feita exclusivamente pelo Presidente, sem dar satisfação a ninguém, a não ser realmente ser aprovado pela Comissão do Senado. Mas a aprovação não cria uma condição de cobrança posterior, de intervenção.

Portanto, o Presidente é responsável pela política do Distrito Federal, sobre a ação administrativa. Se o Presidente não está gostando, ele pôde demitir ou, então, chamar o Governador e dizer: "Olha, isso é assim, assim, eu gostaria que você mudasse", porque ele é um delegado do Presidente da República. Mas, nós mesmos, não temos uma ação sobre isso. O que podemos fazer é esta ação política.

O SR. JOSÉ EDMAR DA COSTA — Aproveitando um pouco mais a colocação de V. Exª gostaria de salientar que, no caso do Governador do Distrito Federal, na realidade ele não é um Governador, mas um executor de medidas do Presidente da República, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Ele é nomeado pelo Presidente da República, com a aprovação do Senado.

Eu, por exemplo, inicialmente pensava numa solução democrática, mas que não tirasse a iniciativa do Presidente da República. Porque aqui, depende muito ainda — e vai depender sempre, porque os problemas não têm diminuído mas aumentado — do Governo Federal. Eu acho que uma eleição do Governador, em determinadas circunstâncias pode trazer um conflito com o Presidente da República e, evidentemente, prejudicar o relacionamento. Mas esse é um lado que eu acho pequeno diante da possibilidade do povo eleger o seu Governador, é um "senão" pequeno.

Acho realmente preferível a solução da eleição, embora possa haver esse risco, tanto que, no início eu propus que houvesse um plebiscito: o Presidente, tendo interesse em nomear um cidadão para Governador do Distrito Federal, indicaria esse nome à população e faria um plebiscito. Se o povo concordasse, ele nomearia. Essa é uma solução realmente democrática e que mantém esses vínculos de cooperação com a Presidência da República. Mas isso é tão complicado, tão difícil, que eu estou convencido de que o melhor mesmo é a eleição direta para Governador.

O SR. JOSÉ EDMAR DA COSTA — Senador, completando ainda mais a minha pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Peço V. Sª que seja breve porque ainda há outros debatedores que desejam falar.

O SR. JOSÉ EDMAR DA COSTA — Tudo bem! Mas eu estou tão envolvido com esse problema de habitação, que gostaria só de enfocar que fui um dos elementos citados pelo Governador como insuflador de invasões, como criminoso e tudo mais — e provei a S. Exª que nada disso aconteceu, nunca fui realmente aquela pessoa indicada. Fiz parte de um grupo de trabalho que apurava essas invasões e cheguei à conclusão que realmente tem muita coisa errada dentro do próprio Governo. As causas, os problemas estavam lá dentro mesmo quando estavam alegando a outras pessoas.

Agora, fez-se novamente um grupo consultivo — como V. Exª falou — que foi criado em julho de 1985. Tentei fazer parte desse grupo, pelo menos para participar de alguma reunião, para expor algumas considerações que eu acho viáveis, mas nunca fui convidado. E acho que poucas vezes, inclusive, esse grupo se reuniu em termos de debates. É um grupo fechado que resolve, a portas fechadas, esses problemas.

Assim, gostaria de colocar para V. Exªs, que será feito um documento para ser encaminhado ao Sr. Governador e a toda a Nação, no sentido de que Brasília é única cidade no Brasil que não tem lotes para pobre, e justamente onde todos os terrenos são da própria União, do

próprio Governo. Nesta mesma cidade não há lote para pobre. Os únicos lotes aqui são na Península Norte, Península Sul, que são para a classe rica. Eu gostaria de enfocar que esta Comissão pesa nas suas costas, Senador, a maior responsabilidade na falta de uma representação política em Brasília, a ação que o Governo vem tomando em referência à cidade de Samambaia. A Samambaia não pode ser desviada do papel, do objetivo, do papel social desta cidade. Eu acho que se deve debater, deve-se provocar uma reunião a nível de comunidade e com este grupo de trabalho, para ser debatido profundamente este problema. Brasília não pode ficar... Olha, no meu setor, Senador, só para dados que o Sr. queira ter, eu posso levá-lo ao setor meu, pequeno, onde o Sr. vai encontrar mais de 20 lotes com mais de 20 famílias, com mais de 100 pessoas em cada lote de 300 metros quadrados, e eu vou dizer mais: em mais de 5 lotes o Sr. vai ter uma privada somente para atender a essas 100 pessoas. Isso é em função da falta de lotes para pobre em Brasília. Essa política pesa rigorosamente em cima de seus ombros, Senador, esta responsabilidade, que o Sr., ao meu ver, é o veículo que pode realmente forçar uma conversa dessa mais ampla e mais aberta junto com o Governador, e sendo responsável, porque não basta só fazer reivindicações a nível de Governo e não ser ouvido. Nós temos que fazer reivindicações e sermos vistos como pessoas que realmente somos os carentes realmente, somos as pessoas representativas desta terra, e, oxalá, que chegue nosso deputado logo, para poder tomar uma posição enérgica, uma posição executiva diante disso tudo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Muito bem, José Edmar. Você falou com muita energia, mostrou a realidade do problema. É disso que precisamos: discutir com franqueza o problema.

Já disse o que podemos fazer e não fazer. Entretanto, teremos eleições no ano que vem. Já foi um passo bem grande. Veja bem, é uma representação nacional do povo de Brasília. Não uma representação local.

No meu ponto de vista, para a cidade de Brasília a representação política local é mais importante do que a nacional, porque interfere diretamente com os problemas que você fala. Um senador de Brasília ou de deputado de Brasília não tem mais poderes do que um senador do Ceará ou um deputado do Rio Grande. Tem naturalmente maiores conhecimentos, maiores responsabilidades, por ter sido votado, mas, legalmente, não tem mais nenhum poder.

Portanto, a decisão de um Legislativo local, seja que nome venha a ter, é da mais alta importância. De qualquer forma, essa eleição do ano que vem, com a escolha de deputados e senadores, sem dúvida nenhuma vai ser um passo decisivo, inclusive para que na Constituinte já se tenha alguém com a responsabilidade de advogar o Legislativo local.

Gostaria de dar a palavra a outro, porque há muita gente pedindo aí. Depois você voltaria.

Não pergunte só a mim, não. Aqui sou mais um coordenador. Os outros é que são debatedores.

O SR. LINDOMAR PEREIRA (Diretor Social da Associação de Moradores de Sobradinho) — Senador, ouvi do nosso companheiro da SHIS uma previsão para 86, de construção de 10 mil residências no Distrito Federal. Eu acho que até agora, diante dos expositores aí, nada foi dito a respeito de resolver o problema atual no Distrito Federal, que é o problema dos inquilinos. Só 10.000 lotes pedimos para Sobradinho, para resolver o problema dos inquilinos de Sobradinho, foram mais 30 mil de Taguatinga, Ceilândia e outras cidades satélites que estão também engajadas nesta luta. Veja que por parte do Governo não há nenhuma previsão para resolver o problema dos inquilinos no Distrito Federal. A SHIS está com um projeto para Sobradinho de construção, parece, que de duas projeções e 33 residências.

Realmente não precisamos dessas 33 casas nem tampouco das duas projeções. Precisamos de 30 mil lotes apenas, comuns. Deixa o problema da água, que vamos resolver, deixa o problema... Nós construímos as fossas, nós cavamos, como nós chamamos no Nordeste, a cacimba e resolvemos o problema. Não precisa se preocupar com infra-estrutura, porque o resultado você vê na

Ceilândia. Hoje, se paga 20 e poucos mil cruzeiros daqueles lotes. Se for dar infra-estrutura, vai acontecer como está acontecendo com as casas da SHIS: ninguém pode pagar a prestação.

Então, eu gostaria que fosse sugerido ao Governo do Distrito Federal que nos dê apenas os lotes. Faça o aruamento, coloque luz, que construímos — não se precisa da construção — e que o BNH financie o material, que não prejudique os construtores, mas que também não prejudique aqueles que vão morar e que vão habitar nestas residências.

Era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. — Sr. Presidente, a SHIS não fornece lote. A SHIS fornece habitação. Lote foge da nossa competência. Os 10 mil e poucos lotes que estão previstos para 86 é dentro de uma programação que nos foi fornecida de possibilidade de aquisição de lote por parte da TERRACAP-SVO. Não podemos, apesar de querer fazer 100 mil, 150 mil unidades, porque para a SHIS construir, ela precisa de ter o local. Assim como vocês precisam de um local para habitar, a SHIS precisa do local para construir.

Então, este problema de fornecimento de lote não é conosco. Quando propomos 10 mil lotes, ou 20 mil, ou 30 mil lotes, é dentro da possibilidade de atendimento às necessidades da SHIS de construção, mas não às necessidades da população. A SHIS pleiteia o lote junto à TERRACAP para fornecer habitação. Agora, se não conseguimos, não podemos fazer mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Eu queria fazer um esclarecimento. Esse assunto realmente é mais ligado à TERRACAP, claro, dentro de uma política superior.

Convidamos, tanto para primeira conferência, que foi de uso do solo do Distrito Federal, e para esta de hoje, de habitação, convidamos a representação da TERRACAP. Infelizmente não compareceu.

Que essas sugestões sejam levadas ao Governador do Distrito Federal, que é o juiz supremo de todas essas autarquias hoje no Distrito Federal, que essas sugestões sejam levadas a ele, porque aqui há representantes de autarquias que não têm poder nenhum de decisão. Que as sugestões sejam levadas, e parabeno a S. Exª o Sr. Presidente da Comissão do Distrito Federal, por esta feliz iniciativa de trazer ao Senado Federal pessoas humildes para discutir em condições de igualdade com os Srs. que essas sugestões sejam levadas ao Governador do Distrito Federal, que, ele que tem o poder na mão, que decida, ele pode intervir na TERRACAP e pode intervir na SHIS também ele tem o poder. Não estou dizendo que a SHIS resolva, porque a SHIS não pode resolver nada, mas sim, o Governador do Distrito Federal.

O SR. — Eu só queria acrescentar uma coisa. Essas duas projeções e as 33 casas, que estamos pretendendo fazer em Sobradinho, são áreas que a SHIS já possuía. Nós não conseguimos essa área agora, não 36 lotes de habitação familiar, são remanescentes de outras áreas que a SHIS já detinha a posse, as projeções, realmente temos a posse delas e vamos fazer. Agora, fornecer terra não é da competência da SHIS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Vamos anotar, porque há muita gente querendo fazer pergunta, vamos anotando o nome de cada um, para chamar. Fica mais ordenado. Portanto, o jovem que está lá pode fazer uso da palavra.

O SR. ADELOR ALVES LOPES (Associação dos Inquilinos de Taguatinga) — Neste Governo do Distrito Federal que está aí há quase seis meses, muito se falou e nada se fez.

A nossa preocupação é justamente com este problema de moradia. O que questionamos, Senador, também é o Projeto Samambaia, como a quase maioria das associações questionam. Por quê? Se o projeto comporta 62 mil lotes e foram vendidos mil e 300 lotes, por aí já se tira que o carente não tem acesso a esses lotes, porque, senão, o Governo já teria vendido esses 62 mil lotes.

Então, Senador, o que eu gostaria de perguntar é se o Governo do Distrito Federal veio para as mudanças, veio realmente para dar uma atenção às pessoas carentes, ou este é um Governo simplesmente de vitrine, um Governo em que não se faz nada? Porque, até o presente

momento, o que nós temos visto no Distrito Federal, permita-me a franqueza, o que se viu até hoje, primeiramente, foi a derrubada da Boca da Mata, das pessoas que ali ocupavam aquele terreno, porque aquilo ali não foi invasão, foi a ocupação do solo, o que acho que é um direito de todo mundo, e simplesmente o Governo falou assim: não, vou limpar a área.

O que nós questionamos é que este mesmo Governo, que pegou um aparato — eu estava presente lá, acho que havia mais de 2 mil policiais para derrubar aquela barracagem lá —, por que este mesmo Governo não pega esses 2 mil policiais, os funcionários da TERRACAP, que parece que é o único órgão do Governo que está amarrando aí, não libera os lotes, por que ele não pega esse pessoal todo e leva lá para o Samambaia, faz um grande mutirão e atende às necessidades dos carentes? Por que o Governo não toma medidas que realmente venham de encontro às necessidades do pessoal carente? Porque, até o presente momento, Senador, o que temos visto do Governador é que as Associações são simplesmente politiquês, que elas estão aí para desestabilizar o Governo. Não tem nada disso. A realidade é outra. O que estamos querendo, Senador, é moradia. Nós queremos morar. Nada mais justo do que isto: morar é uma coisa que é um direito do cidadão brasileiro, e o Governo se nega a fazer isso.

Então, Senador, gostaríamos de lançar a sugestão: por que o Projeto Samambaia não se volta para as questões realmente sociais? E, também, eu, como representante da Associação, me posiciono primeiramente contra a simpatia do Governador com relação às 54 projeções do Moradia Econômica.

Se o Governador vai gastar 40 bilhões nessas 54 projeções, ele deveria gastar esses 40 bilhões no mutirão, que ficaria muito mais em conta, porque, pelo que nós sabemos, pelo conhecimento que temos, a Moradia Econômica será construída em 30 e 60 metros. É uma área limitada. Nós defendemos a posição de que o Governo, se não quiser gastar muito, porque acho que é até uma obrigação do Governo gastar com o povo, porque nós gastamos, nós pagamos água, luz, esgoto, IPTU — inquilino paga IPTU, para o Sr. ter uma idéia — por que ele não pega esse dinheiro e abre as ruas — como colocou o Companheiro ali —, abre as ruas e deixa o resto, que nós fazemos? Por que ele não dá um lote de no mínimo 240m²? Porque, se for para dar aquela vergonha da L Norte também nem compensa, um lote que tem 18 metros, aquilo lá é uma vergonha. Por que ele não abre um lote que dê para uma família viver não vegetar? Que dê para uma família plantar um pé de alface, uma couve e, com isso, possa melhorar até as suas condições de alimentação?

Eu gostaria de perguntar à Comissão, não só a V. Exª, Sr. Presidente: não seria agora a hora e a vez de o Governo tomar uma posição definida? O Governo voltar os olhos para as questões sociais? Agir, porque falar já se falou demais e nada se fez. Se formou comissão disso, daquilo, dessa e daquela e até o presente momento não se formou nada.

Este Governo é do povo ou este Governo é dos ricos? (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Já falei aqui do relacionamento oficial da Comissão com o Governador. Não temos ingerência no Governo. Devido à minha própria posição aqui de conduzir, de coordenar os trabalhos, não fica bem para mim criticar nem defender. O que posso fazer é dar a palavra, para que vocês falem com toda a liberdade. Não cabe a mim tomar a defesa nem explicar por quê. Talvez se o Governador mandasse alguém, um representante, poderia fazê-lo. Aqui há, de certa parte, elementos ligados ao Governo que poderiam dar as explicações.

Só quero dizer que o problema do Governo não é só habitação. Tivemos uma herança terrível de anos de ditadura, em que o povo não falava coisa alguma, ninguém falava, como você está falando aqui, com esta liberdade, senão era encaçado logo na saída. (Risos.)

O que podemos fazer é exatamente dar esta liberdade de o povo falar. Aqui é um fórum de debates. De maneira que isso vale. O que você falou naturalmente vai sair, vai ser publicado, o Governo tomará conhecimento.

Realmente, sou testemunha do esforço extraordinário que o Governador tem feito. Trabalha de madrugada até à noite, e tem encaminhado uma série de problemas graves de Brasília. Ele tem procurado encaminhamento. São poucos meses; não dá ainda para amadurecer uma fruta. É preciso pelo menos mais tempo. Sou testemunha, pelo menos pessoal, do esforço extraordinário que ele está fazendo, e com coragem. Por exemplo, nessa parte fundiária, acabar com esses loteamentos-fantasma, ocupação indevida. Ele está botando o dedo na ferida, dentro da casa de marimbondos, contrariando uma série de interesses. Disto sou testemunha. No entanto, não me cabe aqui ter a posição de defensor do Governo. Para compreensão, devo dizer que problema talvez tão grave quanto o da habitação é o problema de transporte, que atinge aos que têm habitação e aos que não têm, atinge a todo mundo.

O SR. ADELOR ALVES LOPES — A gente anda de bicicleta!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Um transporte caríssimo, e que tira, muitas vezes, quase 30% do orçamento de uma família. É muito grave.

O problema do próprio trabalho. Temos cerca de 70 mil desempregados em Brasília. É uma cidade que está cheia de problemas, mas cabe a vocês falarem. Cada um puxa a brasa para a sua sardinha. Isto é muito justo.

O SR. ADELOR ALVES LOPES — Só para concluir, Senador. Já estivemos com o Governador José Aparecido. Por sinal é até enterrâneo, não sei como saiu aquilo de lá. (Risos.)

Veja bem, Senador, o que nos preocupa também é o seguinte: o Governo nos garantiu que num prazo de 6 meses apresentaria uma proposta concreta de solução. Se não me falha a memória, no dia 8 agora faz 6 meses que ele está no poder. Não fez nada, absolutamente nada. Não pertence ao Partido nenhum, o meu partido é a minha necessidade, é a condição em que vivo de inquilino.

O Governador de Goiás, Iris Rezende, com 3 meses, pode não ter feito muito, mas pelos menos no caso para o pessoal ver que ele faria ele fez. E por que este não fez pelo menos uma? A única coisa que ele fez foi derrubar os barracos do Paranoá, desabrigar aquelas famílias carentes que lá estavam, que entraram na invasão não foi por livre e espontânea vontade não. Ninguém vai para uma invasão porque quer, não. Se as pessoas vão para uma invasão é porque elas não agüentam mais. Os alugueis estão um absurdo. Quem ganha um salário mínimo está pagando 250 mil de aluguel. O salário mínimo está em 333 mil 120 cruzeiros. Não tem condições.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Esta oportunidade de você falar, e estou vendo aqui a jovem que vai certamente falar também, Representante da Associação dos Inquilinos do Guarã, vai mostrar a dramaticidades desse problema. Afinal de contas, vocês vão ter a oportunidade do voto no ano que vem. E a maior crítica que o povo pode fazer ao Governo é não votar nele, quando chegar a hora. Agora, é preciso ouvir as explicações. Como eu disse, a minha posição aqui não é a de defender o Governo. Dou alguns esclarecimentos, que não posso deixar de fazê-lo, mas, na verdade, é preciso ouvir as duas partes.

O SR. ADELOR ALVES LOPES — Só para encerrar, Sr. Presidente.

Gostaria de convidar as pessoas que têm um vínculo com a reivindicações de moradia, para a grande passeata que nós faremos em Taguatinga no dia 10 de novembro. Essa passeata tem a intenção de mobilizar toda a Taguatinga. E se nada der certo, vamos mobilizar o pessoal, para levar ao Palácio do Buriti, com data de chegada, sem data de saída. — Nós vamos acampar nas ruas e não iremos para o jardim não, nós vamos para a rua mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Muito bem, Adelor. Iremos ouvir, aqui, agora, a Sra. Ivone Carneiro.

O SRA. IVONE CARNEIRO — Eu, como representante da QE 38 da Associação Comunitária de Moradores e Compradores de Casas, estou solidária com o meu

amigo inquilino de Taguatinga porque nós não queríamos compartilhar com você não em Taguatinga — vamos direto ao Palácio do Buriti, vamos acampar lá, a QE 38 está disposta a isto a qualquer hora — ir morar lá, porque lá é confortável, tem tapetes, tem sanitários, e é bom, ouviu? Então, o nosso problema é em relação ao Grupo Consultivo do GDF. Como disse o nosso colega, até agora nada tem feito só se omitido. Com a defasagem de moradias no Distrito Federal, foi visto pelo Governador José Ornellas que somente, — como disse o nosso colega Darci, — quem não tinha rendimento nenhum, ou acima de dois salários mínimos e meio — resultado: as pessoas que ligaram para Brasília — poucas — eles fizeram o assentamento da QE 38, Candangolândia e nova QNL. O Governo olhou para quem fez barracos mas uma como eu que vi levantar mansões do 28, das bacias que estamos embaixo, vi nascer todos, vi nascer do Córrego da Vila Mauri o Lago Paranoá — nunca tivemos casa, numa tivemos o direito de casa. Resultado: lá, como a SHIS — o nosso representante ali — antigamente só dava casa para quem podia pagar mais e até hoje é assim e o colega de Sobradinho pode esperar que as motos que vão para lá serão deste jeito — é taxativo. Ou você ganha por que apresenta uma renda X ou você não ganha imóvel — e, para onde você vai? Você tem vergonha de fazer invasão mas, infelizmente, companheiro, vai surgir mais invasão e a SHIS não vai agüentar a demanda e terá que sair de lá. O problema é o seguinte: esse povo como o da QE 38 e da Candangolândia, são 1 mil e 600 famílias que adquiriram casas desses invasores — adquiriram por quê? Pelo mal cadastramento do GEIPAC, da Secretaria de Serviços Sociais porque é exemplo: se o Sr. morava com a sua família, tendo 8 filhos, ganhava o Sr. e a sua esposa uma casa e os seus 8 filhos, cada um, uma casa — eles venderam, voltaram para a casa do pai, compraram motos, carros, terrenos e estão bem de vida. Agora, o infeliz, como as 324 famílias dentro da QE 38, pessoas que, após se aposentarem, o DASP diz — você se aposentou, reduziu o seu salário tem 30 dias para despejar apartamento funcional. O infeliz, com o filho desempregado, com a nora e 3 netos, vendeu o carro, vendeu a mamadeira, vendeu a panela e comprou uma casa na QE 38 e, agora, o GDF quer despejar, — mediante o nosso colega das SHIS, — essas famílias tem viúvas que ganham 307 mil cruzeiros — e que o genro não mais agüentava aquela viúva, a a cunhada e o resto das demais donas, de casa, comprou uma casa na QE 38 e disse: “af é que tu vai ficar porque tu tá na favela mesmo e é af que tu vai ficar”. A SHIS diz o quê? Fomos à SHIS. SHIS disse que o problema é do Sr. Osmar de Melo. O Sr. Osmar de Melo disse que o problema é da SHIS. Voltamos à SHIS. Pegamos o Nazareno e quase o matamos lá dentro da SHIS. Resultado: o Nazareno souo. Por que compraram? Compramos por necessidade, porque não podemos pagar ao BNH a prestação exorbitante que ele nos cobra sem respeitar os nossos índices salariais e é uma verdadeira mentira o índice que ele cobra, — ele cobra bem a mais. Quem entrar na Justiça, ganha tudo. Codemut está aí para isto. Resultado: a dona SHIS diz que é do GDF. Eu chego lá no Dr. Moacir que é quem está representando o GDF que é este Sr. aqui — o Dr. Martins diz: “A SHIS disse que é no GDF?” Disse, Dr. “Então vou mandar o Nazareno embora.” A corrupção está dentro do próprio GDF, dentro da própria SHIS, dentro da própria Secretaria de Serviços Sociais. Por quê? Uma faxineira da SHIS me encontrou dentro do corredor e disse o seguinte: “Dona Ivone, a Sra. é daquelas casinhas que venderam?” “Sou sim”. Eles me prometaram, para que eu não ficasse triste, que, na hora em que tomassem uma lá dos que compraram, eles iriam me dar uma”. Quer dizer: a pessoa chegou em Brasília há 1 ano e está trabalhando lá como faxineira e essa gente que comprou é pioneira, assalariada, que cresceu e envelheceu com Brasília — como eu que estou chegando aos 40 anos — o que vou dizer para as minhas filhas, como fica a condição psicológica dos filhos da gente? Despejados? Nós não queremos nada de graça não. Nós queremos é ter o direito de pagar — nós compramos. Agora, venderam por quê? Porque deram casas para pessoas que não precisavam de casas — agora o que acontece? o Grupo Consultivo do GDF diz que pede que a pessoa que tem uma renda de 3 sa-

lários mínimos, não tenha possuído imóvel no Distrito Federal nos últimos 25 anos, tenha dependente e provar que está pagando aluguel. Vocês pediram isto a alguém do assentamento? Mentira, vocês não pediram isto porque foi dado casa só para solteiros — 50% são solteiros. E existe mais o seguinte — disse ao próprio Nazareno: “Nazareno, me explique como uma pessoa que ganhou um imóvel da SHIS — dois ou três imóveis — e o que acontece é que a pessoa ganha o imóvel ou compra o imóvel, ela o quita e passa a nome de um filho. O que acontece? Ela vai para a invasão e aluga a casa dela. Aí, o GEIPAC e a SHIS vem e dá a casa para o infeliz novamente. O infeliz tem uma casa na QE 38, tem uma outra alugada e que não está mais no nome dele e a casa é dele e quem recebe aluguel é ele. O que se tinha que olhar é que essa pessoa não tinha casa há 10 anos e se realmente, tinha dependente que não fazer como a família do meu lado em que a mãe ganhou casa, com 8 filhos solteiros e que estavam, na oportunidade, acampados na favela — estão entendendo? — só vieram quando estavam distribuindo casas — todo mundo recebeu casa. Agora, nós que estamos na favela, agora somos despejados? Nós temos o nosso direito e temos que ser respeitados. Nós somos cidadãos brasileiros, morando na “barba” do Presidente da República. Tenham paciência — isto aqui não é mordomia para estarmos aqui não. Isto aqui é nosso, é construído com nossos impostos. O salário de vocês é pago com o nosso dinheiro e a SHIS tenha paciência, porque até a sardinha, a fábrica de sardinha, está mudando a embalagem — que a SHIS mude o seu critério monopolizador, dentro do que ela quer — do seu próprio interesse — social, não. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Vejam vocês, a importância do debate democrático, da liberdade de palavra. Esta é uma das maiores contribuições que o Senado ou que o Parlamento brasileiro pode dar, trazendo aqui, para dentro do seu Congresso, a liberdade da palavra.

Ouviremos, agora, o Sr. Abecil José Teles.

O SR. ABECIL JOSÉ TELES — Gostaria de iniciar com a pergunta: por que no início, a rede de televisão filmou e agora que estamos fazendo as nossas reivindicações, se omitem? Agora que é o momento de tornar público as nossas reivindicações, enquanto que apresentaram apenas colocações teóricas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Esta pergunta você tem que fazer para eles.

O SR. ABECIL JOSÉ TELES — Mas eles estão ouvindo...

A Nova República nasceu sob o berço de dor de Tancredo Neves. Então, os civis se apresentaram muito sedentos para tomarem o poder, com proposição democrática. Agora, com essa proposta de que vai reintegrar à SHIS as casas, doam a quem doer, nós perguntamos, enfatizando até a pergunta da colega: isto é uma proposição democrática ou é apenas a continuação do poder autoritário sob outros rótulos?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Também não me cabe dar a resposta — você joga a resposta e ela irá pairar na consciência de cada um. Cada um pode fazer a sua própria conclusão. O fato é que nós estamos passando de um regime autoritário para um regime democrático cuja maior virtude é exatamente esta — do povo poder falar, ter a compreensão dos setores da Imprensa, dos órgãos de comunicação de massa, levar essa palavra, multiplicá-la, para ser do conhecimento do povo e dar as eleições livres para que cada um possa se manifestar e derrubar ou manter o Governo, conforme o resultado que ele está trazendo ao povo.

O SR. ABECIL JOSÉ TELES — Continuando, existem colocações bem claras. Nós sairemos pacificamente. Fala-se em explodir buídes de gás para derrubar tudo que foi construído porque ninguém pode ser lesado naquilo que tinha. Fala-se, também, que nós vamos promover uma ação contra a Justiça — já está dito que é caso encerrado e que ninguém ganha nada e não vou dizer que a Justiça é parceira do Governo, mas na Vara da Fazenda Pública é difícil encontrar-se um processo ganho por um inquilino ou por um réu. Então, o dinheiro que a SHIS gasta para manter não sei quantos advo-

gados, seria o dinheiro para se construir alguns módulos quando forem construir lá — precários ou não, mas servem. Então, iremos à ONU, iremos ao Vaticano, iremos ao Governo que estiveram aqui — ontem, já fomos lá — mas o caso não vai ficar assim, porque, gastamos o que tínhamos na compra do módulo e agora para investir, para tornar o módulo um lar habitado, porque quando entrei, encontrei 500 mil baratas como foi dito.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Agradeço ao Sr. Abecil José Teles e concedo a palavra ao Sr. Roberto Martins.

O SR. ROBERTO MARTINS — Sou 2º-Secretário da Associação Comunitária da QE 38, gostaria de fazer um esboço e dirigir uma pergunta ao Sr. Representante da SHIS aqui presente, o Dr. Luiz Fernando de Moraes Silva, que é: “Brasília tem um grande problema que se não for solucionado agora, não será mais, ela se tornará um Rio de Janeiro, com invasões para todos os lados, que na verdade não passam de favelas. Esses problemas que até agora não citei é a migração. A maior causadora da criação de favelas.

Com a evacuação da área rural para as grandes cidades cai sensivelmente a produção agrícola, do nosso País, obrigando assim que o Governo aumente cada vez mais as importações, aumentando assim a crise financeira do nosso País”.

Bem, Srs. infelizmente o BNH transformou o sonho da casa própria em um monstruoso pesadelo, sabemos todos que os financiamentos do BNH são destinados a famílias com renda de 0 a 5 salários mínimos, com base no exposto pelo Dr. João Antonio da Silva, representante do BNH, de acordo com determinações do Sistema Financeiro de Habitação, o mutuário deve pagar, no máximo, 25% do seu salário que no caso dos que ganham 5 salários mínimos seria em torno de 450 mil cruzeiros. Só que o número de contratos que têm sua prestação neste valor, é muito pequeno e com isso temos um número crescente de mutuários inadimplentes, que podem ser confirmados pelo representante do BNH.

As famílias que moram nas subabitações, ou sejam elas: barracos de fundos, casas que foram construídas pela SHIS para erradicar invasões que agora estão nas mãos de especuladores pessoas essas que, até hoje, estão inscritas na SHIS, que não se sujeitaram ao pesadelo do BNH, que poupam nas cadernetas de poupança, que destinam fundos para a construção de habitações populares e que não têm como adquirir uma unidade através do órgão regulador que é a SHIS. Vejam, os Srs., que essas pessoas poupam e na realidade, milhares e milhares delas não conseguiram até hoje, obter uma unidade através do órgão regulador que é a SHIS, aqui em Brasília.

Essas pessoas que hoje tiveram a oportunidade de comprar uma unidade para a sua ocupação, ocupação essa subumana, porque os módulos que foram entregues, na QE-38, Candangolândia e QNL, são módulos para uma ocupação realmente subumana. Essas pessoas que compram essas casas, estão sujeitas a serem despejadas sob a simples alegação de comprarem a sua casa de uma pessoa que não deu valor a unidade que foi agraciada pela SHIS e que não era o legítimo dono.

Agora pergunto ao Dr. Luiz Fernando de Moraes Silva, representantes da SHIS, se é justo ou não isso? Explique para as pessoas aqui presentes, o porquê.

O SR. LUIZ FERNANDO DE MORAES SILVA — Vou aproveitar para responder também a Srª Ivone. Quando a SHIS — não estou falando por administrações anteriores, mas estou falando agora que continua valendo a velha — exige um determinado nível de salário para dar uma moradia, não é porque ela quer não, isso é uma exigência do BNH e que não podemos fugir disso.

Quanto à acusação de corrupção, no cadastramento, desconheço isso, não sei se existe e acho que se existe deveria ser levado à Justiça com a acusação formal para que se apure os resultados por escrito. Acho que é muito fácil chegar aqui porque o cadastramento não foi feito pela SHIS, o cadastramento foi feito pela Fundação do Serviço Social — e esse negócio de que “o fulano ganhou, mais a mulher ganhou e oito filhos ganharam”, tudo bem, se isso aconteceu vamos levar para a Justiça para que se apure os resultados e os responsáveis, porque isso é realmente ilegal e irregular.

Só gostaria que isso fosse levado a sério e não simplesmente citado, numa reunião, para depois deixasse cair no esquecimento. Acho que se isso aconteceu, gostaria que a Comissão dos Compradores de Casas, na QE-38, levasse isso à frente, botasse na Justiça e apurasse os responsáveis, porque isso não pode acontecer. Agora acho o seguinte, se isso não for conseguido, que não seja levantado ou jogado lama nas pessoas que tentaram trabalhar à sério. Não estou falando, não foi na nossa administração e não acredito em corrupção a este ponto, pois conheço o pessoal que fez o cadastramento.

Quanto à pergunta do Sr. Roberto Martins, realmente não sei da justiça ou não. Quando o Sr. diz “que na QE-38 foram distribuídas habitações subumanas”, acho que elas não são tão subumanas assim, porque houve pessoas que compraram. Se há pessoas que compram é porque há possibilidade das casas serem melhoradas.

Quando a SHIS entregou, quando o Governo do Distrito Federal, na época, fez a QE-38, ampliação da QL Norte, Candangolândia e Planaltina, a intenção não era dar uma habitação acabada, porque nós como habitação acabada não poderíamos nunca cobrar 10% do valor do salário mínimo. É isso que se paga lá. Então o que acontece, a SHIS procurou dar — no meu modo de entender — o início de uma habitação para que o próprio morador, do jeito que falou o representante de Sobradinho, “que me dá o lote com ponto de luz que eu faço o resto” e para isso damos mais do que o ponto de luz, damos água, esgoto e o início de uma habitação. Nós não falamos nunca que aquela habitação é acabada e nem poderíamos, uma habitação sem revestimento e apenas com a ligação do ponto de luz interno. Isso não pode ser considerado habitação acabada em lugar nenhum.

A questão da Justiça, da retomada ou não, não vou entrar no mérito da questão, porque isso aí como o Sr. Roberto Martins disse “que não ia acusar a Justiça de conivente com o Poder Público”, acho que quando uma pessoa comprou um lote, ela sabia o que estava fazendo, sabia do noticiário que foi vinculado pelo rádio, televisão e jornal que aqueles lotes não poderiam ser vendidos, inclusive, os moradores da QE-38 não detêm a posse do imóvel, os Srs. compraram um termo de ocupação. Os Srs. já imaginaram se eu resolver comprar um termo de ocupação onde quer que seja, no Brasil, se isso vai valer perante a Justiça? Não vai! Os Srs. não têm a posse do imóvel, logo, não podem vender e não são donos daquilo.

É justo que sejam retiradas as moradias que os Srs. compraram com muito suor e sacrifício? Acho que também não é. Os Srs. teriam o direito de ter comprado? Acho que também não teriam. Há uma falha no ponto de atendimento de fornecimento de habitação por parte do Governo do Distrito Federal? Há e ninguém nunca negou isso. O que se pode pretender? Pode-se pretender corrigir uma falha que já havia, desde 1979, que só fazemos — além desse fornecimento do PAPE, PROMORAR, da habitação na QE-38, QNL, Candangolândia, Planaltina, Itamaracá e Sobradinho — habitações para o Governo do Distrito Federal e até gostaria que o representante de Sobradinho ainda estivesse presente, quando ele fala “que não precisa das 33 casas e dos 2 blocos em Sobradinho”, mas os funcionários do Governo do Distrito Federal precisam, é para isso que estamos fazendo e estamos trabalhando dentro do que podemos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Devido à hora já adiantada e o fato de muitas pessoas possuírem compromissos precisando se retirar, vamos apressar um pouco.

Pediria ao Sr. Raimundo João de Souza para falar.

O SR. RAIMUNDO JOÃO DE SOUZA — Sou representante da Comunidade de Vila Nova, quem não conhece, é aquela comunidade que reside da 908 Norte à 916 Norte, dentro daquele Setor de Grandes Áreas Isoladas Norte.

Gostaria de fazer uma pergunta, aliás, quero fazer várias ao Dr. Luiz Fernando de Moraes Silva. Por exemplo, quais foram os meios que a Comissão da Secretaria de Serviço Social determinou agora, nesses 90 dias, a respeito das Comunidades? Será que o Dr. Luiz Fernando de Moraes Silva já tem alguma proposta que possa dar para nós sobre o que foi resolvido, para onde aquela comunidade de Vila Nova vai ou não?

O SR. LUIZ FERNANDO DE MORAES SILVA — A Comissão é da Secretaria de Serviço Social e não chegou nada para a gente, ainda.

O SR. RAIMUNDO JOÃO DE SOUZA — Ótimo. Agora, eu faria outra pergunta. Será que há, de acordo com a Comissão do Distrito Federal, possibilidade de, na comunidade de Vila Nova, haver um assentamento para aquela comunidade ali, naqueles arredores? Porque tem muito espaço, mas não sei. Estou perguntando, gostaria que o Exmº Sr. Senador fizesse uma colocação, porque a comunidade me cobra para ver os trabalhos, através dos programas de rádio, televisão, e todas as reuniões que nós temos com a comunidade, principalmente aos domingos às 14:00 horas, então tem uma maioria sempre procurando o que ficou resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Como eu já disse aqui, nós não intervimos no Governo. Nós fazemos, geralmente aqui às sextas-feiras, e sempre há algum motivo para não fazer, uma audiência pública. Nós recebemos comissões, atendemos pessoas, individualmente. E geralmente, nós encaminhamos, quando o assunto é de interesse geral, não é uma coisa pessoal, nós encaminhamos ao Governador para que se ele, se já tem conhecimento, ficar conhecendo mais uma vez, se ele não tem passa a conhecer. Nós encaminhamos a ele porque é da competência dele resolver isto.

A Comissão do Distrito Federal não pertence ao Governo do Distrito Federal. Tem vínculos administrativos com ele.

O SR. RAIMUNDO JOÃO DE SOUZA — Essa pergunta que eu fiz é por um motivo: a nossa comunidade é um pouco grande ali, e toda aquela comunidade que mora nas quadras 908 a 916 Norte, eles não pagam passagem. Porque eles moram ali e trabalham todos naquelas laterais da Asa Norte. Aí, nós temos um medo, porque mesmo todo mundo trabalhando naquela regional, já passamos grandes dificuldades. Agora, aí há um tal medo dessa comunidade de ser transportada dali para lugares distantes, e que, além dos seus empregos, que correm o risco de perder os seus empregos, aumenta em dobro, ou triplo na necessidade que já sofremos.

Por isso essa pergunta que eu fiz. Se há, de acordo com a Comissão do Distrito Federal, um debate para ver se há condições de a gente ficar por aqueles arredores.

Agora, o mais é que eu continuo pedindo aqui, e lá na Secretaria de Serviço Social no próprio Governo do Dr. José Aparecido, é que ele tenha uma prioridade. Porque o chão, a terra, todos nós sabemos que a terra é da Nação. Agora, a gente visa também que há setores caríssimos, há setores que impedem à comunidade carente, mas eu acho que dentro do bom senso quem tem direito deveria receber.

Eu não estou aqui criticando o Governo, não estou aqui criticando ninguém. Eu acho que os companheiros aí já fizeram o que realmente já deviam ter feito. Mas eu estou aqui para pedir apoio para a comunidade, porque eles necessitam, e eu acho que aquilo que é necessidade a gente tem que estudar o caso, para haver o amparo social mais favorável. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Muito bem, me parece muito justo o que você falou. A contribuição que eu posso dar, além do que já está sendo feito, é remeter o mais rápido possível ao Governador as cópias. Logo, amanhã ou depois estarão prontas e nós vamos enviar os debates ao Governador. Mas ele vai tomar conhecimento, talvez ele vá chamar às falas setores da sua própria administração. Talvez sirva de subsídio para ele, de certa forma a opinião pública extravasada aqui.

Vamos ouvir agora a Srª Lia Costa.

A SRA. LIA COSTA — Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão. Eu sou representante da Comissão Velhacap e pergunto o seguinte: Senador, o Dr. Osmar de Melo esteve conosco na Velhacap, somos 26 famílias. Eu moro lá há 27 anos, e tem gente com 25, 22 anos. E o Dr. Osmar de Melo esteve conosco lá e nos deu essa esperança de assentamento da Velhacap. Depois da visita dele, surgiu uma cerca que a Zoobotânica fez para nos fechar na parte de baixo onde nós moramos. Então tem um mês que nós estamos lutando com as autoridades para que até que resolva o nosso problema de Velhacap, que a

cerca não seja construída. Então fui informada que é irreversível essa cerca.

Então nós gostaríamos de colocar esse problema porque me parece que há um desentendimento na administração praticamente dita. Porque o SDO é contra o assentamento Velhacap, e o GP Brasília tem um projeto lindo, maravilhoso para a área. Então nós gostaríamos de uma ajuda da Comissão do Distrito Federal a respeito do projeto lá para a Velhacap. E nós rejeitamos realmente as casinhas lá da Candangolândia, porque, na realidade, nós moramos bem. É casa de madeira, é simples, mas nós moramos bem. Então a minha reivindicação à Comissão é essa.

E quero parabenizar a nossa Drª Sueli pela colocação que ela fez sobre moradia. Está de parabéns, porque, se realmente, simplificassem como ela colocou, o processo de grupo, de moradia e de terra, seria maravilhoso. Está de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Muito bem, Dona Lia. O que a Srª disse vai chegar ao conhecimento do Governador, que é a autoridade, digamos, que dá a última palavra.

Vamos ouvir agora o Sr. Francisco Pereira Lima, para terminar, devido ao adiantado da hora.

O SR. FRANCISCO PEREIRA LIMA — Nós estamos na dúvida, Sr. Senador, se o Governo quer ouvir o povo ou se que pagar o povo com o preço da democracia, e uma democracia até então de sacrifício e fome.

O Governo sabe mais do que qualquer um de nós que o problema habitacional é tão grave quanto o problema social, por questão salarial. Em tudo o Governo tem demonstrado que na Velha República e na Nova República ele tem se portado como um simples arquivista que pega os processos e arquiva e convida o povo para reuniões e dá satisfações, sem soluções. Contudo, o Governo atual da Nova República tem dado ênfase às palavras, mas com pouca generosidade. Não tem sido diferente da Velha República. Os problemas que ele tem levado ao povo não têm sido de menor importância para sacrificar mais a população trabalhadora.

Nós estamos falando de habitação, nós estamos falando da SHIS. E as mulheres tiveram a infelicidade de ter um nome feminino de SHIS, que é um nome feminino. É o "x" que nunca teve uma equação correta. Nunca ninguém conseguiu definir o problema da SHIS. Contudo teve proposta dentro da SHIS que o Governo daria o terreno; é uma expressão muito de Brasília de que aqui dá-se tudo mas se cobra tudo também, e financiava apenas o material, contudo, essa proposta foi inválida. Nós temos propostas de dois pais de Brasília que deixaram a cidade ôrfã há cerca de pouco mais de vinte anos: Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Deixaram a cidade ôrfã, voltaram, agora, propensos a assinalar o Congresso Nacional — não sei qual o cargo que ele pretendeu ter — e desengavetam projetos de fazer ciclovias à beira do lago. Mas ciclovias à beira do lago para quem, se o mesmo está poluído? O próprio morador do lago que pretendia fazer cooper à beira do lago, já protesta a desnecessidade daquela ciclovias. Mas o pessoal de Ceilândia, mais afastado; Sobradinho, Gama, etc., que é a massa trabalhadora, que é a massa que sustenta a Nação, eles estão lá no meio dos ratos, dos pernilongos, da lama, do tifo, etc. Se o Sr. Governador se envolve com a hospitalidade dos pais que deixaram a cidade ôrfã, que nem sequer acreditaram no projeto deles, eu digo que não acreditaram, uma vez que projetaram Brasília para 250 mil habitantes, Taguatinga para 45 mil habitantes, e tiveram a infelicidade de dizer que deturpam a obra-prima deles. Não, eles não acreditaram na obra gigantesca que eles mesmos criaram. Aí foram embora de Brasília, deixaram a cidade ôrfã. Aí surge o Paranoá, surge a Candangolândia, que até hoje, para quem está aqui — eu também estou desde 1959 em Brasília — é uma vergonha. Eu acho que com tudo isto, ele deixou uma lembrança triste para todos os candangos de Brasília. Vocês já observaram que ele fez dois esqueletos magros e colocaram na Praça dos Três Poderes? Eu acho que ele representou muito bem o que ele quis dizer com o futuro dos candangos de Brasília.

Sr. Presidente, tenho muito medo de que as nossas palavras sejam um pouco aproveitadas pela administração pública. Pois eles usam o dinheiro público como se deles fosse. Eles aplicam o dinheiro público como se estivessem fazendo uma aventura. Temos exemplos da obra-

prima construída, de Taguatinga a Brasília. Já aconteceu comigo: o meu carro quebrou a pouco mais de um quilômetro na entrada daquela via Taguatinga-Brasília, a chamada Via Estrutura. Tive que pegar um guincho, vir até o Setor de Indústria para voltar a Taguatinga. Sabe quanto eu andei, Sr. Presidente? Eu andei mais ou menos vinte quilômetros, a um quilômetro distante da minha casa. Então, o Governo continua gastando o dinheiro dessa natureza.

Volto a fazer um apelo: por que não dar os terrenos ao pessoal que requisita, financiar o material e, às vezes, até aplicar a mão-de-obra do próprio dono que comprou o terreno, que ganhou o terreno, e aplicar essa mão-de-obra dele para ele mesmo? Ele não está desempregado, Sr. Presidente? Então, vamos empregar esse pessoal. E nada melhor de que ele para construir o seu próprio ninho. Temos aqui um exemplo vergonhoso: os famosos apartamentos que estão projetados em Brasília, de 30 metros quadrados, que me desculpem o Sr. Oscar Niemeyer e o Sr. Lúcio Costa — isso é vergonhoso; isso é acreditar que o trabalhador brasileiro nunca vai sair da miséria, que o Brasil nunca vai ser auto-suficiente para a solução dos problemas de seus trabalhadores. O que é pena, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Temos que encerrar agora.

Convido os presentes para a próxima reunião no dia 7 de novembro, quinta-feira, à mesma hora. O tema será "Industrialização e Abastecimento", assunto muito interessante que aborda problemas de emprego, facilidade de vida, de menor preço de gêneros alimentícios, etc.

Agradeço a todos. Mais uma vez, quero explicar a nossa posição aqui: esse conclave não tem nada com o Distrito Federal, a conduta dos nossos trabalhos é de não interferir na opinião de cada um. Cada um diz como quer, naturalmente com o respeito a certas normas de respeito mútuo, mas, fora daí, há toda liberdade, e não me cabe fazer a defesa.

Apenas poderia dizer uma coisa para vocês pensarem: quando Juscelino pretendia fazer Brasília houve uma oposição tremenda, dizendo que ele ia jogar dinheiro fora, ia construir aqui uma cidade fantástica, que o Brasil estava precisando de muitas outras coisas, ele foi malhado demais. Chegaram a dizer que a estrada daqui para Belém foi aberta a "Estrada das Onças". E hoje vocês vêem a importância de Brasília para o Brasil para nós todos, para a conquista dos nossos sertões.

Sem querer defender o Governador, eu diria, interessante, eu só tenho visto críticas dos moradores de modo geral. Quer dizer, ele justamente mexeu numa área mais rica, meteu outro dedo em outra caixa de marimbondos. Não sei se vocês sabem que eles já detectaram as ligações clandestinas de água, que estão roubando a água, sem passar pelo relógio, 500 milhões, é meio bilhão por mês, mais ou menos. Talvez, no futuro, quando a ciclovias estiver pronta, muitos de vocês poderão andar por lá e participar, digamos, do lago, torná-lo mais democrático, e não apenas dos proprietários das casas. Este é um aspecto que eu queria ressaltar, porque ele é evidente.

Então, até outra vez. Muito obrigado. (Palmas.)

18ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 1985

Às dezesseis horas do dia vinte e sete de novembro de 1985, na sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, compareceram os Senhores Senadores Mauro Borges, Presidente, Alexandre Costa, Lourival Baptista, Henrique Santillo, Luiz Cavalcante e Benedito Ferreira, reúne-se a Comissão do Distrito Federal. Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Senadores Raimundo Parente, Lomanto Júnior, Mário Maia, Alfredo Campos, Aderbal Jurema e Carlos Lyra. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Mauro Borges, declara abertos os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente solicita ao Senador Alexandre Costa, que presida a reunião, para que ele na forma de relator possa emitir o seu parecer, na qual é aceito pelo Senador Alexandre Costa, e, concede a palavra ao Senador Mauro Borges, que emite parecer favorável, à Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 1985-DF, que "estima a Receita e fixa

a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1986". Posto em discussão o parecer, e, em seguida, em votação, é o mesmo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Kleber Alcoforado Lacerda, Assistente da Comissão, a presente Ata que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE ECONOMIA

1ª Reunião, realizada
em 20 de março de 1986

Às onze horas do dia vinte de março de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores João Castelo, Presidente; Gabriel Hermes, Moacyr Duarte, Lenoir Vargas, Álvaro Dias, Alexandre Costa, José Lins e Albano Franco, reúne-se a Comissão de Economia. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Virgílio Távora, Severo Gomes, Cid Sampaio, Henrique Santillo e Carlos Lyra. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. São apreciadas as seguintes proposições: Mensagem nº 320/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizado o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 73.889.277.155, junto à Caixa Econômica Federal. Relator: Senador José Lins, que emite parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. Conclusão: Aprovação do parecer, por unanimidade. Mensagem nº 328/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia (MT) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 654.384.734, junto à Caixa Econômica Federal. Relator: Senador Lenoir Vargas. Parecer: Favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. Não há debates, e a Comissão aprova o parecer por unanimidade. Mensagem nº 323/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Corumbá (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.635.295.589, junto à Caixa Econômica Federal. O Relator, Senador Álvaro Dias, apresenta parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução, que é aprovado pela Comissão, por unanimidade. Mensagem nº 322/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Ceará, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 5.405.727.267, junto à Caixa Econômica Federal. Mensagem nº 309/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 3.780.503.766, junto à Caixa Econômica Federal. Relator: Senador José Lins. Parecer: Favorável, concluindo

por um Projeto de Resolução. Conclusão: Aprovação do parecer, por unanimidade. Mensagem nº 324/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Mauá (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 4.312.389.117, junto à Caixa Econômica Federal. A Presidência solicita que o Senador Álvaro Dias leia o parecer emitido pelo Senador Severo Gomes, que se encontra ausente. O parecer de Sua Ex^a é favorável, concluindo por um Projeto de Resolução, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Mensagem nº 310/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (RS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 4.611.102.382, junto à Caixa Econômica Federal. Relator: Senador Lenoir Vargas, que emite parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. Conclusão: aprovação do parecer, por unanimidade. Mensagem nº 326/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que o Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina seja autorizado a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 142.451.149.496. O Relator, Senador Gabriel Hermes, apresenta parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução, que é aprovado por unanimidade. Mensagem nº 329/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Petrópolis (RJ) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 22.032.566.457, junto à Caixa Econômica Federal. Relator: Senador Albano Franco. Parecer: Favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. Conclusão: Aprovação do parecer, por unanimidade. Mensagem nº 334/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 12.327.175.160, junto à Caixa Econômica Federal. O Relator, Senador Álvaro Dias, emite parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução, sendo o mesmo aprovado pela Comissão por unanimidade. Mensagem nº 307/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Bandeirantes (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 237.162.585, junto à Caixa Econômica Federal. Relator: Senador Lenoir Vargas, que emite parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. Não há debates e o mesmo é aprovado por unanimidade. Mensagem nº 312/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura do Município de Vitória de Santo Antão (PE) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.210.650.369, junto ao Banco do Estado de Pernambuco. O Relator, Senador Alexandre Costa, emite parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Mensagem nº 321/85 — Do Sr. Presidente da República,

submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizado o Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 69.710.037.267, junto à Caixa Econômica Federal. Relator: Senador Lenoir Vargas, que emite parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. Conclusão: aprovação do parecer por unanimidade. Mensagem nº 325/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Arapiraca (AL) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.298.997.888, junto à Caixa Econômica Federal. O Relator, Senador Lenoir Vargas, emite parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução, que é aprovado pela Comissão, por unanimidade. Mensagem nº 308/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 335.280.952, junto à Caixa Econômica Federal. O Senador Lenoir Vargas, Relator da matéria, emite parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução, sendo o mesmo aprovado por unanimidade pela Comissão. Projeto de Lei do Senado nº 53/81 — Obriga os fabricantes de colas ou fluidos para limpeza de máquinas adicionarem a estes produtos repelentes odoríferos que impeçam a sua utilização como substâncias entorpecentes e dá outras providências. Relator: Senador Alexandre Costa, que emite parecer favorável ao Projeto, sendo o mesmo acolhido pela Comissão, por unanimidade. Mensagem nº 336/85 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar temporariamente em Cr\$ 133.593.500.000, o montante de sua dívida consolidada interna. Relator: Senador Lenoir Vargas. Parecer: Favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. Conclusão: aprovação do parecer por unanimidade. Mensagem nº 63/86 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 263.706.472.950, junto ao Banco do Estado da Paraíba S.A. O Relator, Senador Lenoir Vargas, apresenta parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução, que é aprovado pela Comissão, por unanimidade. Mensagem nº 51/86 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 23.014.450.964, junto à Caixa Econômica Federal. O Senador José Lins, Relator da matéria, apresenta parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. A Comissão aprova o parecer por unanimidade. São retirados da pauta o Projeto de Lei da Câmara nº 145/84 e o Projeto de Lei do Senado nº 299/83. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.